FRATTINI - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.

4ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL CNPJ: 03.392.337/0001-80 **NIRE**: 43204294539

Por este instrumento particular, **NEDIMAR FRATTINI**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 30/04/1972, inscrito no CPF nº 609.466.600-34, portador da C.I. nº 1051113825 (SSP/RS), residente e domiciliado na Rua Gomes Portinho, nº 477, apto. 701, Bairro Centro, CEP 93.510-360, em Novo Hamburgo/RS, e **MÁRCIA ELISA XAVIER FRATTINI**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 29/03/1971, inscrita no CPF nº 527.758.790-04, portadora da C.I. n.º 1047212384 (SSP/RS), residente e domiciliada na Rua Gomes Portinho, nº 477, apto. 701, Bairro Centro, CEP 93.510-360, em Novo Hamburgo/RS, os únicos sócios da sociedade empresária limitada **FRATTINI - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 03.392.337/0001-80 e registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul ("JUCIS/RS") sob o NIRE 43204294539, com sede na Rua Saldanha Marinho, nº 430, apto 62, Bairro Pátria Nova, CEP 93.320-060, em Novo Hamburgo/RS ("Sociedade"), resolvem, em comum acordo, **celebrar o presente instrumento particular da 4ª alteração de contrato social da Sociedade nos termos abaixo: 1.Cisão Parcial da Sociedade:** 1.1.Justificação. Conforme consta no Instrumento de Justificação e Protocolo firmado pelos administradores da Sociedade em 28 de julho de 2026 ("Protocolo"), a cisão ora proposta é justificada pelo interesse dos sócios da Sociedade em segregar a titularidade de determinadas participações societárias atualmente detidas pela Sociedade, transferindo-as para outras sociedades sob controle comum, com o objetivo de organizar a gestão desses investimentos e conferir maior eficiência à gestão patrimonial e operacional das sociedades sob controle comum. Assim, optou-se pela cisão parcial da Sociedade, com versão de uma parte de seu patrimônio para a **FRAMA CONSULTORIA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 67.021.437/0001-82 e registrada na JUCIS/RS sob o NIRE 43212100195, com sede na Rua Marcílio Dias, nº 1705, Bairro Centro, CEP 93.410-185, em Novo Hamburgo/RS ("Frama") e outra parte do seu patrimônio para a **NF PARTICIPAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 68.074.147/0001-60 e registrada na JUCIS/RS sob o NIRE 43212234256, com sede na Rua Saldanha Marinho, nº 430, apto. 62, Bairro Pátria Nova, CEP 93.320-060, em Novo Hamburgo/RS ("NF", e, quando em conjunto com Frama, "Cindendas"). A justificação foi amplamente discutida e analisada e resultou aprovada pela totalidade dos sócios sem qualquer divergência ou reparo. 1.2.Aprovação do Protocolo. Os sócios aprovam, por unanimidade e sem reservas, o Protocolo. 1.3.Ratificação dos Avaliadores. Os sócios ratificam, por unanimidade, a escolha dos avaliadores que realizaram a avaliação do Acervo Cindido, com base no balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2026, os contadores **Renato Teixeira Corrêa**, **Gilnardes Gamarra** e **Rogério Luiz José Júnior**, qualificados no item 4.1 do Protocolo. 1.4.Aprovação do Laudo de Avaliação. Os sócios aprovam, por unanimidade, os termos e condições do laudo de avaliação do valor contábil do Acervo Cindido produzido pelos avaliadores, o qual segue anexo ao Protocolo. 1.5.Aprovação da Cisão Parcial. Os sócios aprovam, por unanimidade, a cisão parcial da Sociedade. 1.6.Acervo Cindido. O acervo cindido da Sociedade ("Acervo Cindido"), que será parcialmente vertido para Frama e NF, respectivamente, é representado por elementos anteriormente contabilizados na Sociedade, individualizados em tabelas específicas para cada uma das Cindendas, entre os quais estão os seguintes ativos: **Descrição de Ativos Vertidos para a Frama/Valor (R$):** 500 quotas da sociedade empresária **FRATTINI, CAMPOS, KOBOLDT E ZIRR CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 40.122.232/0001-37 e registrada na JUCIS/RS sob o NIRE 43208849781, com sede na Rua Marcílio Dias, nº 1705, Bairro Centro, CEP 93.410-185, em Novo Hamburgo/RS/500,00; 1.000 quotas da sociedade empresária **FRATTINI CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 05.302.233/0001-62 e registrada na JUCIS/RS sob o NIRE 43209303552, com sede na Rua Carlos Huber, nº 952, Bairro Três Figueiras, CEP 91.330-150, em Porto Alegre/RS/1.000,00; 2.500 quotas da sociedade empresária **FRATTINI KOBOLDT VIÑA E WILMS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 60.611.181/0001-14 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35266307441, com sede na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1748, conj. 907, Bairro Cidade Monções, CEP 04.571-000, em São Paulo/SP/2.500,00; 500 quotas da sociedade empresária **FRATTINI INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 36.188.528/0001-83 e registrada na JUCIS/RS sob o NIRE 43208605334, com sede na Rua Marcílio Dias, nº 1705, Bairro Centro, CEP 93.410-185, em Novo Hamburgo/RS/500,00; 1.000 quotas da sociedade empresária **FRATTINI & MASSAIRO CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 41.460.800/0001-72 e registrada na JUCIS/RS sob o NIRE 43208962668, com sede na Rua Luiz Bolson, nº 30, Bairro Ana Rech, CEP 95.060-440, em Caxias do Sul/RS/1.000,00; 3.000 quotas da sociedade empresária **ZEN & FRATTINI INTERMEDIAÇÕES DE NEGÓCIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 65.027.464/0001-37 e registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE 42209875288, com sede na Rua Clara Risch, nº 120, Sala 02, Bairro Centro I, CEP 88.351-065, em Brusque/SC/3.000,00; **Total Valor Líquido Contábil do Acervo Cindido para a Frama/R$ 8.500,00. Descrição de Ativos Vertidos para a NF/Valor (R$):** 2.000 quotas da sociedade empresária **FRATTINI PARTICIPAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 45.393.385/0001-32 e registrada na JUCIS/RS sob o NIRE 43209344798, com sede na Rua Marcílio Dias, nº 1705, Bairro Centro, CEP 93.410-185, em Novo Hamburgo/RS/2.000,00; **Total Valor Líquido Contábil do Acervo Cindido para a NF/R$ 2.000,00.** 1.7.Sucessão em Direitos e Obrigações. As Cindendas irão suceder a Sociedade apenas nos direitos e obrigações transferidos para cada uma delas, em decorrência da transferência do Acervo Cindido, sem solidariedade entre as Cindendas e a Sociedade, nos termos do parágrafo único do artigo 233 da Lei nº 6.404/1976. 1.8.Variações Patrimoniais. As variações patrimoniais relativas ao Acervo Cindido ocorridas entre 30 de junho de 2026 e a presente data serão absorvidas pelas Cindendas, na respectiva parcela do Acervo Cindido vertido para cada uma.1.9.Autorização aos Administradores. Fica a administração da Sociedade autorizada a praticar todos os atos, registros, averbações e publicações necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas. 1.10.Redução do Capital Social e Cancelamento de Quotas. Em decorrência da aprovação da cisão parcial da Sociedade, seu capital social será reduzido em R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), passando de R$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas, para R$ 89.500,00 (oitenta e nove mil e quinhentos reais), dividido em 89.500 (oitenta e nove mil e quinhentas) quotas sociais. Assim, haverá o cancelamento de 10.500 (dez mil e quinhentas) quotas sociais, na seguinte proporção: **(a)** 9.650 (nove mil, seiscentas e cinquenta) quotas sociais de titularidade do sócio **Nedimar Frattini**; e **(b)** 850 (oitocentos e cinquenta) quotas sociais de titularidade da sócia **Márcia Elisa Xavier Frattini**. **2.Áumento do Capital Social:** 2.1.Os sócios aumentam o capital social da Sociedade em R$ 2.000,00 (dois mil reais), com a emissão de 2.000 (duas mil) novas quotas sociais, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas exclusivamente pelo sócio **Nedimar Frattini**, em moeda corrente nacional. 2.2.A sócia **Márcia Elisa Xavier Frattini** renuncia expressamente ao direito de preferência previsto no art. 1.081, § 1º, do Código Civil, razão pela qual as novas quotas são subscritas e integralizadas exclusivamente pelo sócio **Nedimar Frattini**. 2.3.Assim, o capital social da Sociedade será de R$ 91.500,00 (noventa e um mil e quinhentos reais), dividido em 91.500 (noventa e uma mil e quinhentas) quotas sociais, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas.**3.Alteração da Cláusula 8ª do Contrato Social.** 3.1.Em razão das alterações previstas nos itens 1.10 e 2.1 deste instrumento, os sócios resolvem, por unanimidade, alterar a Cláusula 8ª do contrato social da Sociedade, que passa a viger com a seguinte redação: ***Cláusula 8ª*** *- O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 91.500,00 (noventa e um mil e quinhentos reais), dividido em 91.500 (noventa e uma mil e quinhentas) quotas sociais, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:* ***Sócio/Quotas/Valor/Percentual:*** *Nedimar Frattini/82.350/R$ 82.350,00/90%; Márcia Elisa Xavier Frattini/9.150/R$ 9.150,00/10%;* ***TOTAL/91.500/R$ 91.500,00/100%.*** **4.Alteração do Nome Empresarial, Objeto Social e Endereço:** 4.1.Os sócios resolvem alterar o nome empresarial da Sociedade para: "**FRATTINI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**". Em razão disso, alteram a Cláusula 1ª do Contrato Social, que passa a viger com a seguinte redação: ***Cláusula 1ª*** *- A presente sociedade empresária tem a natureza jurídica de sociedade limitada e gira sob a denominação social de* ***FRATTINI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.*** 4.2.Os sócios resolvem incluir no objeto social da Sociedade a nova atividade de **c**ompra e venda de imóveis próprios, sem alteração das outras atividades constantes do objeto social da Sociedade, apenas reorganização da ordem das atividades. Em razão disso, alteram a Cláusula 2ª do Contrato Social, que passa a viger com a seguinte redação: ***Cláusula 2ª*** *- O objeto social da Sociedade compreende as atividades de:* ***(a)*** *compra e venda de imóveis próprios (CNAE 6810-2/01);* ***(b)*** *aluguel de imóveis próprios (CNAE 6810-2/02);* ***(c)*** *holding de instituições não financeiras (CNAE 6462-0/00);* ***(d)*** *outras sociedades de participação, exceto holdings (CNAE 6463-8/00);* ***(e)*** *consultoria em gestão empresarial, exceto técnica específica (CNAE 7020-4/00);* ***(f)*** *administração de caixas escolare**s** (CNAE 8550-3/01); e* ***(g)*** *atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares (CNAE 8550-3/02).* 4.3.Os sócios resolvem alterar o endereço da Sociedade para a Rua Gomes Portinho, nº 477, apto. 701, Bairro Centro, CEP 93.510-360, em Novo Hamburgo/RS. Em razão disso, alteram a Cláusula 4ª do Contrato Social, que passa a viger com a seguinte redação: ***Cláusula 4ª*** *– A sociedade tem sua sede na Rua Gomes Portinho, nº 477, apto. 701, Bairro Centro, CEP 93.510-360, em Novo Hamburgo/RS.* **5.Ratificação:** 5.1.Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato social que não tenham sido expressamente modificadas por este instrumento. E, por estarem assim justos e contratados os sócios, assinam o presente instrumento em 01 (uma) via. Novo Hamburgo (RS), 28 de julho de 2026. **NEDIMAR FRATTINI; MÁRCIA ELISA XAVIER FRATTINI.** Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o no 11993445 em 15/09/2026 da Empresa FRATTINI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ 03392337000180 e protocolo 263322378 - 26/08/2026. Autenticação: 9B6DA9C5A64CEC30E9B27E47860E9B797E4321A. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o no 11993444 em 15/09/2026 da Empresa FRAMA CONSULTORIA LTDA, CNPJ 67021437000182 e protocolo 263327949 - 26/08/2026.Autenticação: BBE65B56CCA295D4C4EF2DBF44AD15AB707A012. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o no 11993446 em 15/09/2026 da Empresa NF PARTICIPACOES LTDA, CNPJ 68074147000160 e protocolo 263327736 - 26/08/2026. Autenticação: D0A7C7C68D57788BF67E1C78FC18E4D915DCEB. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

INSTRUMENTO DE JUSTIFICAÇÃO E PROTOCOLO DE CISÃO PARCIAL

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas, por seus respectivos administradores, celebram o presente Instrumento de Justificação e Protocolo de Cisão Parcial (o "Protocolo"), de acordo com o Capítulo X, do Subtítulo II, do Título II, do Livro II, da Lei 10.406/02 ("Código Civil"), no que for aplicável, e com os artigos 224 e 225 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (a "LSA"): **1.FRATTINI - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 03.392.337/0001-80 e registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul ("JUCIS/RS") sob o NIRE 43204294539, com sede na Rua Saldanha Marinho, nº 430, apto. 62, Bairro Pátria Nova, CEP 93.320-060, em Novo Hamburgo/RS ("FCA"), representada neste ato por seu administrador, **Nedimar Frattini**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF nº 609.466.600-34, titular do RG nº 1051113825 (SSP/RS), com endereço na Rua Gomes Portinho, nº 477, apto. 701, Bairro Centro, CEP 93.510-360, em Novo Hamburgo/RS; **2.FRAMA CONSULTORIA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 67.021.437/0001-82 e registrada na JUCIS/RS sob o NIRE 43212100195, com sede na Rua Marcílio Dias, nº 1705, Bairro Centro, CEP 93.410-185, em Novo Hamburgo/RS ("Frama"), representada neste ato por seu administrador, **Nedimar Frattini**, já qualificado; e **3.NF PARTICIPAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 68.074.147/0001-60 e registrada na JUCIS/RS sob o NIRE 43212234256, com sede na Rua Saldanha Marinho, nº 430, apto. 62, Bairro Pátria Nova, CEP 93.320-060, em Novo Hamburgo/RS ("NF", e, quando em conjunto com Frama, "Cindendas"), representada neste ato por seu administrador, **Nedimar Frattini**, já qualificado. Sendo FCA, Frama e NF denominadas individual e indistintamente "Parte" ou, em conjunto, "Partes". **1.INTRODUÇÃO:** 1.1.Objetivo do Protocolo. O presente Protocolo tem por objetivo consubstanciar as justificativas, os termos e as condições da reorganização societária a ser proposta aos sócios das Partes em decorrência da qual as suas estruturas societárias e patrimoniais serão alteradas ("Reorganização"). 1.2.Estruturas Societárias antes da Reorganização. Atualmente, as estruturas societárias das Partes são, resumidamente, as seguintes: **(a)Estrutura Societária da Frattini - Consultores Associados Ltda.**: **Sócio/Quotas/Valor/Percentual:** Nedimar Frattini/90.000/R$ 90.000,00/90%/; Márcia Elisa Xavier Frattini/10.000/R$ 10.000,00/10%; **TOTAL/100.000/R$ 100.000,00/100%; (b)Estrutura Societária da Frama Consultoria Ltda.**: **Sócio/Quotas/Valor/Percentual:** Nedimar Frattini/13.500/R$ 13.500,00/90%; Márcia Elisa Xavier Frattini/1.500/R$ 1.500,00/10%; **TOTAL/15.000/R$ 15.000,00/100%**; **(c)Estrutura Societária da NF Participações Ltda.**: **Sócio/Quotas/Valor/Percentual:** Nedimar Frattini/1.000/R$ 1.000,00/100%; **TOTAL/1.000/R$ 1.000,00/100%;** 1.3.Atos Societários da Reorganização. A Reorganização a ser proposta aos sócios das Partes englobará os seguintes atos societários, os quais deverão ocorrer na mesma data, mas sucessivamente e na seguinte ordem: **(a)**Alteração do contrato social da FCA para aprovar: **(i)** o presente Protocolo e as bases da Reorganização aqui estabelecidas; **(ii)** o laudo de avaliação contábil ("Laudo de Avaliação") do acervo cindido da FCA ("Acervo Cindido") e os respectivos profissionais que o elaboraram; **(iii)** a cisão parcial da FCA, com a versão de parte do Acervo Cindido para a Frama ("Acervo Cindido para a Frama") e de parte do Acervo Cindido para a NF ("Acervo Cindido para a NF"); **(iv)** a autorização aos administradores da FCA a praticarem os atos necessários à cisão parcial; e **(v)** redução do capital social da FCA e cancelamento de quotas; **(b)**Alteração do contrato social da Frama para aprovar: **(i)** o presente Protocolo e as bases da Reorganização aqui estabelecidas; **(ii)** o Laudo de Avaliação do Acervo Cindido e os respectivos profissionais que o elaboraram; **(iii)** a versão do Acervo Cindido para a Frama; **(iv)** a autorização aos administradores da Frama a praticarem os atos necessários à cisão parcial da FCA; e **(v)** aumento do capital social da Frama e emissão de novas quotas. **(c)**Alteração do contrato social da NF para aprovar: **(i)** o presente Protocolo e as bases da Reorganização aqui estabelecidas; **(ii)** o Laudo de Avaliação do Acervo Cindido e os respectivos profissionais que o elaboraram; **(iii)** a versão do Acervo Cindido para a NF; **(iv)** a autorização aos administradores da NF a praticarem os atos necessários à cisão parcial da FCA; e **(v)** aumento do capital social da NF e emissão de novas quotas. **2.JUSTIFICAÇÃO DA REORGANIZAÇÃO:** 2.1.Justificação. A cisão ora proposta é justificada pelo interesse dos sócios das Partes de segregar a titularidade de determinadas participações societárias, atualmente detidas pela FCA, transferindo-as à Frama e à NF, com o objetivo de organizar a gestão desses investimentos e conferir maior eficiência à gestão patrimonial e operacional das sociedades sob controle comum. As Partes entendem, assim, que a Reorganização atende aos seus interesses e aos de seus sócios. **3.CISÃO PARCIAL DA FRATTINI - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.** 3.1.Acervo Cindido. O Laudo de Avaliação anexo a este Protocolo apurou que o valor líquido contábil do Acervo Cindido é de R$ 10.500,00, correspondente exclusivamente às participações societárias detidas pela FCA nas sete sociedades indicadas nos itens 3.2 e 3.3, que será parcialmente vertido para cada uma das Cindendas. 3.2.Acervo Cindido para a Frama. O valor líquido contábil total do Acervo Cindido para a Frama corresponde a R$ 8.500,00 e contempla os seguintes ativos: **Descrição de Ativos Vertidos para a Frama/Valor (R$):** 500 quotas da sociedade empresária **FRATTINI, CAMPOS, KOBOLDT E ZIRR CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 40.122.232/0001-37 e registrada na JUCIS/RS sob o NIRE 43208849781, com sede na Rua Marcílio Dias, nº 1705, Bairro Centro, CEP 93.410-185, em Novo Hamburgo/RS./500,00; 1.000 quotas da sociedade empresária **FRATTINI CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 05.302.233/0001-62 e registrada na JUCIS/RS sob o NIRE 43209303552, com sede na Rua Carlos Huber, nº 952, Bairro Três Figueiras, CEP 91.330-150, em Porto Alegre/RS/1.000,00; 2.500 quotas da sociedade empresária **FRATTINI KOBOLDT VIÑA E WILMS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 60.611.181/0001-14 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35266307441, com sede na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1748, conj. 907, Bairro Cidade Monções, CEP 04.571-000, em São Paulo/SP/2.500,00; 500 quotas da sociedade empresária **FRATTINI INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 36.188.528/0001-83 e registrada na JUCIS/RS sob o NIRE 43208605334, com sede na Rua Marcílio Dias, nº 1705, Bairro Centro, CEP 93.410-185, em Novo Hamburgo/RS/500,00; 1.000 quotas da sociedade empresária **FRATTINI & MASSAIRO CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 41.460.800/0001-72 e registrada na JUCIS/RS sob o NIRE 43208962668, com sede na Rua Luiz Bolson, nº 30, Bairro Ana Rech, CEP 95.060-440, em Caxias do Sul/RS/1.000,00; 3.000 quotas da sociedade empresária **ZEN & FRATTINI INTERMEDIAÇÕES DE NEGÓCIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 65.027.464/0001-37 e registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE 42209875288, com sede na Rua Clara Risch, nº 120, Sala 02, Bairro Centro I, CEP 88.351-065, em Brusque/SC/3.000,00; **Total Valor Líquido Contábil do Acervo Cindido para a Frama/R$ 8.500,00.** 3.3.Acervo Cindido para a NF. O valor líquido contábil total do Acervo Cindido para a NF corresponde a R$ 2.000,00 e contempla a seguinte parcela do ativo: **Descrição de Ativos Vertidos para a NF/Valor (R$):** 2.000 quotas da sociedade empresária **FRATTINI PARTICIPAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 45.393.385/0001-32 e registrada na JUCIS/RS sob o NIRE 43209344798, com sede na Rua Marcílio Dias, nº 1705, Bairro Centro, CEP 93.410-185, em Novo Hamburgo/RS/2.000,00; **Total Valor Líquido Contábil do Acervo Cindido para a NF/R$ 2.000,00.** 3.4.Transferência do Acervo Cindido para a Frama: **(a)** O Acervo Cindido para a Frama será transferido para a Frama à conta dos sócios sobre parte das suas participações societárias no capital social da FCA detidas pelos sócios **Nedimar Frattini** e **Márcia Elisa Xavier Frattini**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, inscrita no CPF nº 527.758.790-04, titular do RG nº 1047212384 (SSP/RS), com endereço na Rua Gomes Portinho, nº 477, apto. 701, Bairro Centro, CEP 93.510-360, em Novo Hamburgo/RS, resultando na extinção de quotas na FCA, nas seguintes proporções: **(a)** 7.650 quotas do sócio **Nedimar Frattini**; e **(b)** 850 quotas da sócia **Márcia Elisa Xavier Frattini**. **(b)**A Frama distribuirá em favor dos seus sócios **Nedimar Frattini e Márcia Elisa Xavier Frattini** as novas quotas sociais emitidas por ocasião do aumento do seu capital social. 3.5.Transferência do Acervo Cindido para a NF.: **(a)**O Acervo Cindido para a NF será transferido para a NF à conta do sócio **Nedimar Frattini** sobre parte das suas participações societárias no capital social da FCA, resultando na extinção de 2.000 quotas na FCA de sua titularidade. **(b)**A NF distribuirá em favor do seu sócio **Nedimar Frattini** as novas quotas sociais emitidas por ocasião do aumento do seu capital social. 3.6.Critério e Relação de Substituição das Quotas Extintas em razão da Transferência do Acervo Cindido para a Frama. Todas as quotas representativas do capital social da FCA extintas no ato da cisão parcial em razão da transferência do Acervo Cindido para a Frama serão substituídas por novas quotas representativas do capital da Frama. Para fins de determinação da relação de substituição, cada 1 quota representativa do capital social da FCA extinta corresponderá a 1 nova quota representativa do capital social da Frama ("Relação de Substituição da Frama"). 3.7.Critério e Relação de Substituição das Quotas Extintas em razão da Transferência do Acervo Cindido para a NF. Todas as quotas representativas do capital social da FCA extintas no ato da cisão parcial em razão da transferência do Acervo Cindido para a NF serão substituídas por quotas representativas do capital da NF. Para fins de determinação da relação de substituição, cada 1 quota representativa do capital social da FCA extinta corresponderá a 1 nova quota representativa do capital social da NF ("Relação de Substituição da NF"). 3.8.Quadro de Sócios e Capital Social da FCA após a Reorganização. Em decorrência da Reorganização, o capital social da FCA será reduzido em R$ 10.500,00, passando de R$ 100.000,00, dividido em 100.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, para R$ 89.500,00, dividido em 89.500 quotas sociais, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma. Assim, haverá o cancelamento de 10.500 quotas sociais, na seguinte proporção: **(a)** 9.650 quotas sociais de titularidade do sócio **Nedimar Frattini**; e **(b)** 850 quotas sociais de titularidade da sócia **Márcia Elisa Xavier Frattini**. Assim, o capital social da FCA passa a ser dividido entre os sócios da seguinte forma: **FRATTINI - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.-Sócio/Quotas/Valor/Percentual:** Nedimar Frattini/80.350/R$ 80.350,00/89,78%; Márcia Elisa Xavier Frattini/9.150/R$ 9.150,00/10,22%; **TOTAL/89.500/R$ 89.500,00/100%.** 3.9.Capital Social e Estrutura Societária da Frama após a Reorganização. A Reorganização irá alterar o capital social e a estrutura societária da Frama, nos seguintes termos: **(a)**Em decorrência da Relação de Substituição da Frama, a Frama emitirá 8.500 novas quotas sociais que serão totalmente integralizadas com a versão do Acervo Cindido para a Frama e distribuídas entre os sócios da Frama da seguinte forma: **(a) Nedimar Frattini** receberá 7.650 quotas sociais; e **(b) Márcia Elisa Xavier Frattini** receberá 850 quotas sociais. **(b)**Em decorrência da Reorganização, da transferência do Acervo Cindido para a Frama e da Relação de Substituição da Frama, o capital social da Frama sofrerá um aumento de R$ 8.500,00, passando de R$ 15.000,00 para R$ 23.500,00, com a emissão de 8.500 novas quotas sociais com valor nominal de R$ 1,00 cada uma. Assim, na nova estrutura societária o capital social da Frama terá a seguinte composição: **FRAMA CONSULTORIA LTDA.-Sócio/Quotas/Valor/Percentual:**Nedimar Frattini/21.150/R$ 21.150,00/90%; Márcia Elisa Xavier Frattini/2.350/R$ 2.350,00/10%; **TOTAL/23.500/R$ 23.500,00/100%.** 3.10.Capital Social e Estrutura Societária da NF após a Reorganização. A Reorganização irá alterar o capital social e a estrutura societária da NF, nos seguintes termos: **(a)**Em decorrência da Relação de Substituição da NF, a NF emitirá 2.000 novas quotas sociais que serão totalmente integralizadas com a versão do Acervo Cindido para a NF e distribuídas ao **Nedimar Frattini**, único sócio da NF. **(b)**Em decorrência da Reorganização, da transferência do Acervo Cindido para a NF e da Relação de Substituição da NF, o capital social da NF sofrerá um aumento de R$ 2.000,00, passando de R$ 1.000,00 para R$ 3.000,00, com a emissão de 2.000 novas quotas sociais com valor nominal de R$ 1,00 cada uma. Assim, na nova estrutura societária o capital social da NF terá a seguinte composição: **NF PARTICIPAÇÕES LTDA.-Sócio/Quotas/Valor/Percentual:** Nedimar Frattini/3.000/R$ 3.000,00/100%; **TOTAL/3.000/R$ 3.000,00/100%.** 3.11.Variações Patrimoniais. As variações patrimoniais relativas ao Acervo Cindido ocorridas entre 30 de junho de 2026 e a data da efetiva transferência às Cindendas serão absorvidas pelas Cindendas, na proporção do Acervo Cindido incorporado por cada uma. 3.12.Sucessão em Direitos e Obrigações. As Cindendas irão suceder a FCA apenas nos direitos e obrigações transferidos para cada uma delas, em decorrência da transferência do Acervo Cindido, sem solidariedade entre as Cindendas ou a FCA, nos termos do parágrafo único do artigo 233 da LSA, a partir da data em que for aprovada a Reorganização. **4. DISPOSIÇÕES GERAIS:** 4.1.Profissionais Especializados e Avaliação. O Acervo Cindido foi avaliado pelo seu valor contábil com base no balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2026 ("Balanço Patrimonial da FCA"). Os profissionais escolhidos para a avaliação do Acervo Cindido, conforme disposto no artigo 226 da LSA, foram os contadores: **(a) Renato Teixeira Corrêa**, inscrito no CRC/RS nº 050.779/O e CPF nº 436.269.800-06, com endereço na Rua Gana, nº 1100, apto. 301, Bairro Vila Ipiranga, CEP 91.380-120, em Porto Alegre/RS; **(b) Gilnardes Gamarra**, inscrito no CRC/RS nº 068.014/O e CPF nº 631.934.180-72, com endereço na Av. Otávio Rocha, nº 54, 12º Andar, Bairro Centro, CEP 90.020-150, em Porto Alegre/RS; e **(c) Rogério Luiz José Júnior**, inscrito no CRC/RS nº 105.664/O e CPF nº 026.379.740-60, com endereço na Rua Antônio Ribeiro, nº 112, Bairro Santo Antônio, CEP 90.660-230, em Porto Alegre/RS. A escolha dos profissionais para a avaliação do Acervo Cindido, a despeito de ter sido feita com o conhecimento e anuência prévia da totalidade dos sócios das Partes, deverá ser oportunamente ratificada. 4.2.Identificação do Ativo da Conta 1215 no Balanço Patrimonial da FCA. Para fins de esclarecimento, as Partes consignam que a participação societária registrada no Balanço Patrimonial da FCA na a conta contábil 1215, subconta das contas 12004, que compreende as participações em outras empresas da FCA, o ativo é identificado como "**FRATTINI CAMPOS KOBOLDT E PELUFFO CONSULTORIA**", mas que corresponde ao antigo nome empresarial da **FRATTINI, CAMPOS, KOBOLDT E ZIRR CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 40.122.232/0001-37, referida no quadro do Acervo Cindido para a Frama descrito no item 3.2 deste Protocolo, alterado na 1ª alteração e consolidação do contrato social daquela sociedade, datado de 27 de fevereiro de 2026, registrado na JUCIS/RS sob o nº 11668359. A diferença de denominação não representa divergência quanto à identidade, titularidade, quantidade ou valor contábil da participação societária integrante do Acervo Cindido para a Frama, corretamente identificado no Laudo de Avaliação. 4.3. Implementação. Competirá aos administradores das Partes praticar todos os atos, registros, averbações e publicações necessárias para a implementação da cisão parcial da FCA e transferência do Acervo Cindido para as Cindendas. 4.4. Direito de Retirada. Na hipótese de algum dos sócios das Partes não aprovar a Reorganização, terá ele o direito de retirar-se do quadro societário mediante o reembolso de suas quotas, cujo montante será calculado com base no previsto no respectivo contrato social. Consequentemente, serão promovidos todos os ajustes nos montantes do capital social e número de quotas emitidas que sejam necessários em razão de eventual exercício do direito de retirada pelos sócios dissidentes da deliberação sobre a Reorganização. 4.5. Cumprimento de Legislação Aplicável. Os administradores observarão as disposições legais aplicáveis na implementação da Reorganização. 4.6. Acordo Integral. Este Protocolo consolida integralmente as premissas, condições e entendimentos das Partes relativos à Reorganização e produzirá efeitos após a aprovação dos sócios dos atos societários exigidos para a sua implementação. **5. RELAÇÃO DE ANEXOS** Anexo 1 – Laudo de Avaliação. E, por estarem justas e acordadas, assinam as Partes o presente Protocolo em via única na presença de 02 testemunhas abaixo identificadas. Novo Hamburgo (RS), 28 de julho de 2026. FRATTINI - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA. Nedimar Frattini FRAMA CONSULTORIA LTDA. Nedimar Frattini NF PARTICIPAÇÕES LTDA. Nedimar Frattini Testemunhas: Pedro Henrique Barbisan Bertuol CPF: 022.202.720-79 Gabriel Minussi Pereira CPF: 014.673.880-25. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o no 11993445 em 15/09/2026 da Empresa FRATTINI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ 03392337000180 e protocolo 263322378 - 26/08/2026. Autenticação: 9B6DA9C5A64CEC30E9B27E47860E9B797E4321A. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o no 11993444 em 15/09/2026 da Empresa FRAMA CONSULTORIA LTDA, CNPJ 67021437000182 e protocolo 263327949 - 26/08/2026.Autenticação: BBE65B56CCA295D4C4EF2DBF44AD15AB707A012. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o no 11993446 em 15/09/2026 da Empresa NF PARTICIPACOES LTDA, CNPJ 68074147000160 e protocolo 263327736 - 26/08/2026. Autenticação: D0A7C7C68D57788BF67E1C78FC18E4D915DCEB. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA S. A. CUTELARIA **CNPJ: 90.050.238/0001-14 NIRE: 43300005071-Carlos Barbosa/RS**
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO – Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 05 de novembro de 2026, às 10h00min (dez horas), na sede social da Companhia localizada na Av. Ivo Tramontina, nº 1024, Bairro Triângulo, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95.185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; **2.** Sua consequente alteração estatutária; e **3.** a autorização à Diretoria para praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas. Carlos Barbosa, RS, 26 de outubro de 2026.
Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.

TANAC S.A. Em Recuperação Judicial

CNPJ 91.359.711/0075-49 - NIRE 43 3 0000704 9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas, e do Relatório do Auditor Independente.

A Companhia reafirma seu compromisso com a promoção da igualdade de oportunidades, da diversidade e da não discriminação em seus processos de recrutamento, desenvolvimento profissional, remuneração e ascensão de carreira, observando critérios técnicos, meritocráticos e aderentes à legislação vigente. Em atendimento ao § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404/76, a Administração apresenta os indicadores relacionados à participação feminina em seu quadro funcional e de sua estrutura de gestão referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Quadro Funcional	Nº mulheres		% partic. mulheres	
	2025	2024	2025	2024
Administração	1	0	11,1%	0,0%
Gerentes/lideranças	9	13	26,5%	33,3%
Demais colaboradores	31	65	15,7%	17,1%
Total	**41**	**78**	**17,0%**	**18,2%**

Remuneração por gênero: a Companhia adota política de remuneração baseada nas atribuições, responsabilidades, qualificação profissional e desempenho dos colaboradores, sem distinção de gênero para funções equivalentes. Com base em análise interna realizada para cargos e funções comparáveis, não foram identificadas diferenças remuneratórias decorrentes exclusivamente de gênero.

Os eventuais desvios observados decorrem de fatores objetivos relacionados à experiência profissional, tempo de empresa, responsabilidades assumidas e desempenho individual.

Remuneração média	Relação salarial*
Diretoria	62,5%
Gerência	84,4%
Coordenadores	92,3%
Analista/Especialista	80,9%
Administrativos	89,6%
Operacional	82,5%

**considera remuneração média, a equidade ocorre quando atinge 100% no índice.*

A Companhia estimula e desenvolve iniciativas voltadas à promoção da diversidade, inclusão e igualdade de oportunidades, buscando o aperfeiçoamento contínuo de seus processos de gestão de pessoas e governança corporativa.

Permanecemos à disposição de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos desejados.

Porto Alegre, 31 de agosto de 2026.

À Administração

Balanços Patrimoniais 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R$)

Ativos	NE	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**18.557**	95.528	**31.908**	169.029
Clientes	5	**33.043**	39.554	**34.420**	36.727
Clientes venda imobilizado	5	**-**	-	**92.328**	-
Estoques	6	**48.834**	37.389	**78.450**	75.045
Ativo biológico	11	**-**	-	**-**	7.941
Impostos a recuperar	7	**12.068**	19.952	**22.226**	25.765
Instrumentos financeiros	23	**-**	18.499	**-**	18.499
Despesas antecipadas		**5.853**	5.294	**8.175**	7.110
Outras contas a receber		**32.359**	33.327	**14.909**	26.585
Total do ativo circulante		**150.714**	249.543	**282.416**	366.701
Ativos de operações descontinuadas	8	**19.228**	127.231	**19.228**	127.231
Não circulante					
Impostos a recuperar	7	**433**	1.989	**433**	1.989
Impostos diferidos	15	**58.153**	70.020	**58.153**	70.020
Depósitos recursais		**140**	140	**140**	140
Outras contas a receber		**386**	-	**386**	-
Investimentos	9	**285.169**	226.008	**778**	150
Imobilizado	10	**63.364**	53.180	**104.530**	123.179
Ativo biológico	11	**-**	-	**224.263**	258.796
Direito de uso	12	**5.262**	16.161	**62.988**	44.730
Contas a receber de agricultores		**22.025**	15.115	**22.025**	15.115
Intangível		**9.968**	7.885	**10.000**	7.885
Total do ativo não circulante		**444.900**	390.498	**483.696**	522.004
Total dos ativos		**614.842**	767.272	**785.340**	1.015.936

Passivos e patrimônio líquido	NE	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Circulante					
Fornecedores	13	**73.806**	42.024	**44.828**	53.295
Empréstimos e financiamentos	14	**292.375**	416.623	**425.206**	426.716
Salários e encargos sociais		**4.875**	5.176	**6.761**	7.633
Impostos e contribuições a recolher		**10.326**	6.392	**58.296**	8.839
Arrendamentos	16	**3.625**	8.814	**18.568**	13.413
Adiantamentos de clientes	17	**87.108**	1.749	**4.870**	69.820
Instrumentos financeiros	23	**1.769**	37.504	**1.769**	37.504
Outras obrigações		**9.008**	6.271	**13.196**	8.684
Total do passivo circulante		**482.892**	524.553	**573.494**	625.904
Passivo de Operações descontinuadas		**25.312**	84.374	**25.312**	84.374
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	**54.601**	108.897	**54.601**	172.547
Impostos e contribuições a recolher		**4.375**	-	**8.775**	-
Provisão para litígios	18	**6.419**	200	**8.916**	200
Partes relacionadas	24	**55.184**	-	**-**	-
Arrendamentos	16	**4.804**	10.071	**52.897**	36.961
Adiantamento de Clientes		**-**	-	**67.905**	42.052
Instrumentos financeiros		**-**	37.049	**-**	37.049
Impostos diferidos	15	**-**	-	**12.185**	14.721
Total do passivo não circulante		**125.383**	156.217	**205.279**	303.530
Patrimônio líquido	19				
Capital social		**111.600**	111.600	**111.600**	111.600
Prejuízos acumulados		**(138.913)**	(85.731)	**(138.913)**	(85.731)
Outros resultados abrangentes		**8.568**	(23.741)	**8.568**	(23.741)
Total do patrimônio líquido		**(18.745)**	2.128	**(18.745)**	2.128
Total dos passivos e do patrimônio líquido		**614.842**	767.272	**785.340**	1.015.936

Demonstrações dos Resultados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R$)

	NE	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receita líquida das vendas	20	**243.199**	202.355	**355.143**	310.767
Variação do valor justo ativos biológicos	11	**-**	-	**(41.321)**	43.237
Custos dos produtos vendidos		**(180.324)**	(128.331)	**(287.933)**	(214.245)
Lucro bruto		**62.875**	74.024	**25.889**	139.759
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	21	**(29.201)**	(22.849)	**(65.091)**	(48.729)
Gerais e administrativas	21	**(36.141)**	(20.449)	**(51.520)**	(33.288)
Equivalência patrimonial	9	**78.580**	3.445	**-**	-
Outras receitas operacionais	23	**68.518**	(10.162)	**291.921**	(7.338)
		81.756	(50.015)	**175.310**	(89.355)
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	22	**(122.859)**	(199.357)	**(148.500)**	(224.267)
Receitas financeiras	22	**43.285**	116.842	**52.430**	118.525
		(79.574)	(82.515)	**(96.070)**	(105.742)
Lucro (prejuízos) antes da contribuição social e do IR		**65.057**	(58.506)	**105.129**	(55.338)
Contribuição social e IR correntes	15	**-**	-	**(42.609)**	-
Contribuição social e IR diferidos	15	**4.876**	2.955	**7.413**	(213)
Lucro (Prejuízos) do exercício das operações continuadas		**69.933**	(55.551)	**69.933**	(55.551)
Operações descontinuadas					
Prejuízo após os tributos provenientes de operações descontinuadas		**(118.578)**	(97.248)	**(118.578)**	(97.248)
Prejuízo do exercício		**(48.645)**	(152.799)	**(48.645)**	(152.799)
Prejuízo por ação – em R$		**(40,54)**	(127,33)	**(40,54)**	(127,33)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R$)

	NE	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Lucro (prejuízo) do exercício		**69.933**	(55.551)	**69.933**	(55.551)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas		**(118.578)**	(97.248)	**(118.578)**	(97.248)
Ajuste de avaliação instrumentos financeiros		**49.241**	(125.013)	**49.241**	(125.013)
Imposto de renda sobre avaliação de instrumentos financeiros	15	**16.743)**	41.897	**16.743)**	41.897
Total do resultado abrangente		**16.147)**	235.915)	**16.147)**	235.915)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R$)

	NE	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		111.600	67.025	-	59.418	238.043
Prejuízo do exercício das operações em continuidade		-	-	(55.551)	-	(55.551)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas		-	-	(97.248)	-	(97.248)
Realização do valor atribuído ao imobilizado		-	-	43	(43)	-
Ajuste de avaliação instrumentos financeiros		-	**-**	-	(125.013)	(125.013)
Impostos sobre avaliação de instrumentos financeiros		**-**	**-**	**-**	41.897	41.897
Absorção do prejuízo do exercício		-	(67.025)	67.025	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		111.600	**-**	(85.731)	(23.741)	2.128
Lucro do exercício das operações em continuidade		**-**	**-**	**69.933**	**-**	**69.933**
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas		**-**	**-**	**(118.578)**	**-**	**(118.578)**
Outras movimentações		**-**	**-**	**(4.726)**	**-**	**(4.726)**
Realização do valor atribuído ao imobilizado	18	**-**	**-**	**189**	**(189)**	**-**
Ajuste de avaliação instrumentos financeiros	18	**-**	**-**	**-**	**49.241**	**49.241**
Impostos sobre avaliação de instrumentos financeiros	15	**-**	**-**	**-**	**16.743)**	**16.743)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**111.600**	**-**	**(138.913)**	**8.568**	**18.745)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	NE	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**(53.521)**	**(159.271)**	**(13.449)**	**(156.103)**
Ajustes para conciliar o resultado com as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciação, amortização e exaustão	11 e 12	**5.342**	**11.019**	**44.663**	**54.992**
Depreciação do direito de uso de contratos de arrendamento	12	**5.619**	**8.733**	**6.426**	**9.672**
Provisão para riscos de créditos (PCLD)	5	**1.299**	**-**	**1.299**	**-**
Encargos sobre financiamentos		**57.014**	**103.871**	**72.015**	**124.433**
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros		**22.842**	**20.297**	**22.842**	**20.297**
Encargos financeiros de contratos de arrendamento	16	**1.956**	**3.539**	**4.600**	**5.611**
Resultado na venda/baixa de ativo imobilizado	10	**14.778**	**(54.389)**	**(208.217)**	**(55.262)**
Redução ao valor recuperável de imobilizado		**(16.910)**	**17.679**	**(16.910)**	**17.679**
Ajuste ao valor Justo ativo biológico		**-**	**-**	**41.321**	**(43.237)**
Provisão para litígios	18	**6.219**	**-**	**8.716**	**-**
Provisão p/Perdas Estoque		**(131)**	**131**	**1.486**	**131**
Provisão ao valor de estoques realizável líquido	6	**-**	**(4.364)**	**-**	**(4.364)**
Equivalência patrimonial	9	**(78.580)**	**(3.445)**	**-**	**-**
		(34.073)	**(56.200)**	**(35.208)**	**(26.151)**
(Aumento) redução em ativos:					
Clientes	5	**2.167**	**(9.192)**	**(2.036)**	**(6.349)**
Estoques	6	**24.345**	**91.158**	**30.767**	**99.993**
Ativo biológico	7	**-**	**-**	**10.642**	**4.108**
Impostos a recuperar		**10.884**	**12.746**	**5.951**	**15.601**
Partes Relacionadas		**-**	**38.965**	**-**	**-**
Outros ativos		**(4.568)**	**(21.695)**	**(13.830)**	**(24.015)**
Aumento (redução) em passivos:					
Fornecedores	13	**31.782**	**(8.970)**	**(8.468)**	**6.356**
Salários e encargos sociais		**(437)**	**(10.582)**	**(955)**	**(13.373)**
Impostos e contribuições a pagar		**8.309**	**362**	**15.580**	**(51)**
Partes Relacionadas		**55.184**	**-**	**-**	**-**
Outros passivos		**479**	**522**	**3.932**	**(414)**
Passivo de operações descontinuadas		**(59.062)**	**84.374**	**(59.062)**	**84.374**
Adiantamento de clientes		**85.359**	**-**	**(39.037)**	**110.123**
Duplicatas descontadas		**4.224**	**-**	**4.224**	**-**
Juros pagos		**(87.653)**	**(63.879)**	**(101.056)**	**(71.030)**
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais		**36.940**	**57.609**	**(188.616)**	**179.172**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de investimentos		**-**	**-**	**(3)**	**(67)**
Aquisições de imobilizado	10	**(11.715)**	**(12.873)**	**(12.848)**	**(16.057)**
Aquisições de ativo biológico	11	**-**	**-**	**(45.849)**	**(43.168)**
Aquisições de intangível		**(2.374)**	**(2.782)**	**(2.413)**	**(2.782)**
Contas a receber de agricultores		**(6.910)**	**(2.921)**	**(6.910)**	**(2.921)**
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	10	**66.457**	**107.550**	**229.002**	**110.225**
Caixa líquido oriundo das atividades de investimento		**45.458**	**88.974**	**160.979**	**45.230**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos distribuídos	18	**-**	**(9.705)**	**-**	**(9.705)**
Pagamento de arrendamentos	16	**(7.239)**	**(10.804)**	**(14.844)**	**(17.313)**
Fornecedores risco sacado	13	**-**	**(18.153)**	**-**	**(18.153)**
Contratação de empréstimos e financiamentos		**124.035**	**90.348**	**204.035**	**90.348**
Amortização de empréstimos e financiamentos		**(276.165)**	**(186.419)**	**(298.675)**	**(193.399)**
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(159.369)**	**(134.733)**	**(109.484)**	**(148.222)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(76.971)**	**11.850**	**(137.121)**	**76.180**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**95.528**	**83.678**	**169.029**	**92.849**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**18.557**	**95.528**	**31.908**	**169.029**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R$)

1. Contexto operacional: A Tanac S.A. Em Recuperação Judicial ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede à rua Frederico Mentz, 1606, 3º andar, sala A, Porto Alegre/RS, Brasil, iniciou suas atividades em junho de 1948 e apresenta, como principal objetivo social, a industrialização e comercialização de taninos e seus derivados, a partir de sua unidade industrial localizada em Montenegro/RS, atendendo clientes do mercado nacional e externo.

Entidade controlada

Controlada	Nota	País	Participação acionária 2025	Participação acionária 2024
Tanagro S.A. Em Recuperação Judicial	9	Brasil	**100%**	**100%**

A Tanagro S.A. Em Recuperação Judicial tem como atividade principal o cultivo, a colheita e a comercialização de madeira e casca de acácia-negra, utilizadas pela Companhia como insumos nas atividades de produção de taninos e seus derivados. a) Recuperação Judicial e continuidade operacional: Em 09 de dezembro de 2025, a Companhia, juntamente com sua controlada Tanagro S.A. - Em Recuperação Judicial, protocolou pedido de Recuperação Judicial perante a 1° Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Porto Alegre/RS, sob o nº 5316147-07.2025.8.21.0001, nos termos da Lei nº 11.101/2005. O pedido foi motivado pelo agravamento da situação econômico-financeira da Companhia, decorrente principalmente do encerramento ocorrido em 2024 das atividades das plantas industriais de Cavacos e Pellets de madeira, situadas em Rio Grande/RS, e da catástrofe climática ocorrida em maio de 2024 que assolou as instalações fabris da unidade de Taninos da Companhia, gerando uma paralisação de dois meses nas atividades operacionais, sendo que os reflexos desses eventos prejudicaram tanto as operações da Companhia quanto as atividades de colheita e comercialização dos produtos florestais da sua Controlada. Esses fatores resultaram em deterioramento do fluxo de caixa, restrição de crédito, aumento nos custos de captações financeiras, o que inviabilizou o cumprimento regular de suas obrigações financeiras no curto prazo. Em 10 de dezembro de 2025, o juízo competente deferiu o processamento da Recuperação Judicial. Com o deferimento, foram determinadas: (i) Suspensão de todas as ações, cobranças ou execuções contra a Companhia pelo prazo inicial de 180 dias (stay period); (ii) Nomeação de SCZ - Scalzilli Administração Judicial Ltda como administrador judicial do processo de recuperação judicial; (iii) Apresentação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) no prazo de 60 dias. Em 13 de fevereiro de 2026, a Companhia apresentou seu Plano de Recuperação Judicial, o qual prevê a reestruturação de seus passivos principalmente com fornecedores e instituições financeiras, por meio de alongamento de prazos, deságios ou carência. O plano está em fase de tramitação e aguarda a aprovação em Assembleia Geral de Credores**.** Os eventos e condições descritos acima, especialmente o pedido de Recuperação Judicial, a restrição de crédito, as dificuldades para cumprir obrigações de curto prazo e as limitações de liquidez, indicam incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Entretanto, a Administração elaborou projeções de fluxo de caixa e um plano de reestruturação financeira contemplado no Plano de Recuperação Judicial, que prevê a renegociação dos passivos e a recuperação gradual da capacidade financeira da Companhia. Com base nessas projeções e nas medidas planejadas, a Administração concluiu ser apropriada a elaboração das demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A concretização dessas premissas depende, entre outros fatores, da aprovação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores e de sua posterior homologação judicial**.** Em decorrência do pedido de recuperação judicial, todos os créditos existentes na data do protocolo (créditos concursais) estão sujeitos aos efeitos da recuperação judicial. Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras, os passivos sujeitos ao plano de recuperação judicial foram mantidos nas devidas rubricas do Passivo Circulante. Os saldos foram atualizados de acordo com os índices contratuais até a data do pedido, estando suspensa a fluência de juros e multas subsequentes, conforme legislação vigente, até a homologação final do plano de recuperação judicial. Na data-base das demonstrações financeiras, o montante dos créditos sujeitos ao processo totalizava R$ 328.907 na controladora e R$ 342.584 no consolidado, distribuídos entre as classes previstas na legislação aplicável: Classe I – Trabalhistas; Classe II – Garantia Real; Classe III – Quirografários; e Classe IV – Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. b Continuidade O eracional: A administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia e elaborou um plano de reestruturação, o qual visa garantir a manutenção das atividades sociais, o emprego dos colaboradores e o interesse dos credores. Com base nas projeções de fluxo de caixa atuais e nas premissas de reestruturação contidas no Plano de Recuperação Judicial, a administração entende que, caso o Plano de Recuperação Judicial venha a ser aprovado pelos credores em Assembleia e posteriormente homologado judicialmente, a Companhia possui condições de gerar recursos suficientes para manter suas operações ativas no curso normal dos negócios. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas sob o pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de preparação: a) Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3. A preparação de demonstração financeira requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 31 de agosto de 2026. b) Alterações de novas normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • **Alterações ao IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40) – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 – "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (equivalente ao CPC 51):** em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 51 - Apresentação de Demonstrações Financeiras). Essa nova norma contábil introduzirá novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Entidade. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: (a) embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Entidade, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado; (b) os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação; (c) também serão divulgadas medidas de desempenho definidas pela administração e subtotais de receitas e despesas; e (d) o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, passará a ser "lucro ou prejuízo operacional" e alteração na classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18 / CPC 26 (R1). As alterações impostas pelo IFRS 18 podem trazer impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia. • **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS:** em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). A Companhia não prevê modificações advindas dessas alterações emitidas pelo IASB. c) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir, e a mensuração do valor justo dos ativos biológicos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. d) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia**.** Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. e) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores repor ados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas e julgamentos envolvem a mensuração do valor justo dos ativos biológicos e a constituição de provisões (contas a receber, estoques, contingências, entre outras). Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente às informações da Companhia e da sua controlada Tanagro S.A. Em Recuperação Judicial. a) Procedimentos de consolida ão: Saldos e transações entre as Companhia e sua controlada, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com a companhia investida registrados por equivalência patrimonial são eliminados integralmente contra o investimento na Controladora. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não apresente evidência de perda por redução ao valor recuperável. b) Moeda estrangeira: *Transações em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. c) Instrumentos financeiros: *Classificação e mensuração:* A Administração da Empresa classifica seus ativos e passivos financeiros no momento inicial da contratação conforme abaixo: *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado*: Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de "*hedge*" designada. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado*: Estes ativos financeiros são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por provisões para "*impairment*". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e provisões para "*impairment*" são reconhecidos diretamente no resultado. *Passivos financeiros*: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. *Instrumentos financeiros derivativos*: Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "*hedge*"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "*hedge*". "Hedge" de fluxos de caixa (contabilidade de hedge): Para os derivativos designados como um instrumento de "*hedge*" em uma proteção ("*hedge*") da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a variação cambial associada a transações de exportações e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos ("*hedge*") afetam o resultado. Caso o instrumento de "*hedge*" não mais atenda aos critérios de contabilização de "hedge", expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de "*hedge*" é descontinuada prospectivamente Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. d) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos no curto prazo, inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. e) Estoques: Os estoques de mercadorias e produtos estão demonstrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e eventuais perdas quando aplicável. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando consideradas necessárias pela Administração. f) Imobilizado: i) *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, e do custo atribuído na data de transição para os pronunciamentos contábeis adotados a partir de 1º de janeiro de 2009, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas, caso aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A Companhia capitaliza, como parte do custo correspondente de ativos, os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído.

Continua »»»

»»» Continuação

TANAC S.A. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R$)

ii) *Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. iii) *Depreciação:* A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil	Taxa média
Imóveis	9 - 70 anos	27,06
Máquinas e equipamentos	5 - 25 anos	10,90
Móveis e utensílios	3 - 15 anos	8,80
Veículos	3 - 10 anos	5,20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. g) Ativos intangíveis: i) *Pesquisa:* Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ii) *Outros ativos intangíveis:* Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. iii) *Amortização:* Amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. h) Ativos biológicos: Os ativos biológicos, representados por florestas de acácia negra, estão registrados pelo valor justo na data do balanço, deduzidos das despesas de venda. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A avaliação de ativos biológicos por seu valor justo considera preços cotados no mercado ativo e certas estimativas, principalmente projeção do fluxo de caixa futuro de acordo com o ciclo de produtividade das florestas, levando-se em consideração o seu crescimento e as variações de preço de mercado e de criação de gado. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Efeito líquido de valor justo dos ativos biológicos", em conjunto com os montantes de realização da variação do valor justo por venda, exceto quando o valor justo representa substancialmente o valor de custo incorrido. i) Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"): No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável (preço de venda menos custos para concluir e vender, no caso de estoques), mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou grupo de ativos relacionados) em exercícios anteriores. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. j) Benefícios a em re ados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. k) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, e que uma estimativa confiável quanto ao valor devido possa ser feita. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. l) Receita lí uida de vendas: A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receitas de contratos com clientes, a receita é reconhecida na extensão em que a empresa transfere o controle dos bens ao cliente. m) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros, rendimentos de aplicações, ganhos cambiais sobre a variação de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e perdas cambiais sobre a variação de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. n) Imposto de renda e contribui ão social: A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 por ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente é o imposto devido sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes de diferenças temporárias resultantes da eliminação de receitas ou despesas não tributáveis em exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, à medida que exista expectativa de geração de resultado tributável suficiente para a utilização de tais créditos. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. o) Capital social: O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia poderá proceder a aumentos de capital por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$200.000. A Companhia não possui ações preferenciais.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Caixa e bancos	**5.750**	50.562	**5.894**	50.866
Aplicações financeiras	**12.807**	44.966	**26.014**	118.163
	18.557	95.528	**31.908**	169.029

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas, com possibilidade de liquidação imediata. Neste exercício, a remuneração das aplicações representou em média 85% do CDI (88% em 31 de dezembro de 2024).

5. Clientes:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
No país	**35.875**	16.715	**37.657**	17.726
No país – partes relacionadas	**295**	3.728	**-**	-
No exterior	**17.622**	19.333	**17.622**	19.333
Provisão para riscos de crédito	**(1.521)**	(222)	**(1.631)**	(332)
	52.271	39.554	**53.648**	36.727
(-) Contas a receber de operações descontinuadas (Nota 8)	**(19.228)**	-	**(19.228)**	-
Total	**33.043**	39.554	**34.420**	36.727

O montante de R$ 19.228 de operações descontinuadas (Nota 8) refere-se a contas a receber de R$ 16.183 de alienações de imobilizado e R$ 3.045 de venda de materiais de reposição, relativos às plantas de Cavacos e Pellets, encerradas no exercício de 2024.

Composição de clientes por vencimento, referente às operações continuadas:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
A vencer	**27.176**	39.069	**27.374**	36.065
Vencidos até 30 dias	**2.979**	524	**3.014**	600
Vencidos entre 31 e 180 dias	**3.729**	19	**4.809**	120
Vencidos há mais de 180 dias	**680**	164	**854**	274
	34.564	39.776	**36.051**	37.059

No consolidado, há contas a receber de clientes referente venda de bens do imobilizado:

	31/12/2025	31/12/2024
Venda imobilizado	92.328	-
	92.328	-

Os valores de contas a receber oriundas de venda de imobilizado se referem às propriedades rurais alienadas pela Controlada no exercício de 2025 no montante de R$ 253.711, conforme detalhado na Nota 23, sendo que o saldo de R$ 92.328 foi totalmente recebido no início do exercício seguinte. A Companhia possui normas para o monitoramento de créditos, duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores do contas a receber, considerando qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi concedido até o final do período. A Companhia analisa constantemente o saldo de recebíveis e suas estimativas de inadimplência, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada. Na expectativa de não haver a possibilidade de seu recebimento, se constitui a provisão para riscos de crédito, sendo registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de "Despesas operacionais com vendas", sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

A movimentação na provisão para riscos de crédito de clientes é a que segue:

	Movimentação Controladora	Movimentação Consolidado
Em 31 de dezembro de 2024	(222)	(332)
Adições	**(1.299)**	**(1.299)**
Em 31 de dezembro de 2025	**(1.521)**	**(1.631)**

6. Estoques:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Produtos acabados e em elaboração	**34.643**	33.150	**34.643**	34.350
Matérias-primas e mat. secundários	**8.231**	12.344	**34.207**	39.818
Materiais de reposição	**5.960**	27.685	**11.217**	36.667
Provisão ao valor realizável líquido	**-**	(131)	**(1.617)**	(131)
	48.834	73.048	**78.450**	110.704
(-) Estoques de operações descontinuadas	**-**	(35.659)	**-**	(35.659)
Total	**48.834**	37.389	**78.450**	75.045

A movimentação na provisão ao valor realizável líquido de estoques é a que segue:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Saldo inicial	**(131)**	(4.364)	**(131)**	(4.364)
Constituições	**-**	-	**(1.617)**	-
Reversões/baixas	**131**	4.233	**131**	4.233
Saldo final	**-**	(131)	**(1.617)**	(131)

7. Impostos a recuperar:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
IRPJ e CSLL (i)	**2.986**	526	**3.775**	764
PIS e COFINS (ii)	**3.683**	8.506	**8.920**	13.559
Créditos de imobilizado	**452**	2.187	**451**	2.187
ICMS	**887**	4.964	**1.039**	5.116
IPI	**50**	2.704	**50**	2.704
Ressarcimento Tributos	**3.765**	186	**7.613**	453
Outros	**678**	2.868	**811**	2.971
Total	**12.501**	21.941	**22.659**	27.754
Ativo circulante	**12.068**	19.952	**22.226**	25.765
Ativo não circulante	**433**	1.989	**433**	1.989

(i) Os créditos de IRPJ e CSLL se referem às antecipações destes tributos superiores ao valor devido apurado ao final do exercício. (ii) O PIS e COFINS se refere a créditos do regime não cumulativo, de acordo com as Leis n°s 10.637/02 e 10.833/03, incidente sobre as aquisições de matérias-primas e materiais secundários, utilizados nos produtos comercializados no mercado externo.

8. Operações descontinuadas: Em abril de 2024 a Administração da Companhia decidiu descontinuar as operações relacionadas ao negócio de "Pellets" e em novembro de 2024 de "Cavacos", em razão de mudanças estratégicas no foco operacional e reestruturação das atividades do grupo. Essas operações eram desenvolvidas na unidade industrial em Rio Grande, RS. A Companhia concluiu a venda dos terrenos da unidade de Rio Grande por valor de R$ 105.000, onde os ativos relacionados a essas operações foram classificados, em 31 de dezembro de 2024, como ativos de operações descontinuadas, assim como os passivos decorrentes dessa operação, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. A classificação ocorreu uma vez que os ativos passaram a estar disponíveis para venda imediata em sua condição atual e a venda foi considerada altamente provável. A mensuração dos ativos foi ajustada para o menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido de despesas de venda, quando aplicável. No decorrer do exercício de 2025, a Controladora efetuou a venda dos imóveis, benfeitorias e equipamentos no montante de R$ 103.746 classificados como ativos de operações descontinuadas, assim como os materiais de reposição e produtos em estoque das unidades de Cavacos e Pellets, realizando a baixa desses ativos em contrapartida do resultado do exercício. O montante de R$ 5.504 corresponde aos bens inicialmente classificados como ativos de operações descontinuadas que passaram a ser utilizados nas operações da unidade de Montenegro/RS, sendo reclassificados para o ativo imobilizado da Companhia. As alienações dos bens de imobilizado no exercício, resultaram no reconhecimento de perda líquida de R$ 70.445 no resultado das operações descontinuadas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldo de contas a receber de R$ 19.228 relacionado às vendas de imóveis, equipamentos e materiais realizadas no exercício. Em relação aos passivos: (i) os valores relativos a penalidade por rescisão de contratos foram parcialmente liquidados em 2025, sendo que a parcela final está sendo listada como credor do plano de recuperação judicial, permanecendo provisionado o seu montante de R$ 23.676, incluídos os tributos incidentes sobre a remessa ao exterior no momento de sua liquidação; (ii) Em virtude da alienação dos imóveis e equipamentos, a provisão para desmobilização foi revertida no momento em que incorreram os respectivos gastos da desmobilização. Abaixo, apresentamos o detalhamento dos ativos e passivos relacionados às operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2025, além do efeito das operações descontinuadas no resultado dos exercícios de 2025 e 2024.

ATIVO:	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Clientes (venda de imobilizado)	**16.183**	-	**16.183**	-
Clientes (venda de materiais)	**3.045**	-	**3.045**	-
Total de Clientes	**19.228**	-	**19.228**	-
Produtos acabados em elaboração	**-**	11.493	**-**	11.493
Matérias-primas e mat. Secundários	**-**	2.480	**-**	2.480
Materiais de reposição	**-**	21.686	**-**	21.686
Total de Estoques	**-**	35.659	**-**	35.659
Imobilizado	**-**	109.250	**-**	109.250
(-) Impairment Imobilizado	**-**	(17.678)	**-**	(17.678)
Total	**19.228**	127.231	**19.228**	127.231

PASSIVO:	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Provisão para penalidade por rescisão de contratos	**23.676**	66.948	**23.676**	66.948
Provisão para gastos com desmobilização	**-**	8.238	**-**	8.238
Despesas portuárias a pagar	**1.636**	9.188	**1.636**	9.188
Total	**25.312**	84.374	**25.312**	84.374

Os efeitos na demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2025 e 2024 na controladora e consolidado, decorrentes das operações descontinuadas, estão demonstrados a seguir:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receita operacional líquida	**3.277**	280.776	**3.277**	280.776
Custo dos produtos vendidos	**(38.553)**	(261.326)	**(38.553)**	(261.326)
Lucro bruto	**(35.276)**	19.450	**(35.276)**	19.450
Receitas (despesas) operacionais				
Comerciais	**-**	(32.873)	**-**	(32.873)
Gerais e administrativas	**(12.857)**	(23.913)	**(12.857)**	(23.913)
Outras receitas (despesas) operacionais – Nota explicativa 23	**(70.445)**	(33.872)	**(70.445)**	(33.872)
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras	**(118.578)**	(71.208)	**(118.578)**	(71.208)
Despesas financeiras	**-**	(29.557)	**-**	(29.557)
Prejuízo antes dos impostos	**(118.578)**	(100.765)	**(118.578)**	(100.765)
IR e contribuição social diferido	**-**	3.517	**-**	3.517
Prejuízo do exercício	**(118.578)**	(97.248)	**(118.578)**	(97.248)

9. Investimentos:

Informações sobre o patrimônio líquido e resultado de controlada

Controlada Tanagro S.A. Em Recuperação Judicial:	31/12/2025	31/12/2024
Participação no capital	**100%**	100%
Valor do patrimônio líquido	**284.261**	226.006
Lucro líquido do exercício	**78.298**	4.750

Movimenta ão dos saldos: A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	31/12/2025	31/12/2024
Valor no início do exercício	**226.008**	223.691
Equivalência patrimonial	**78.298**	4.750
Constituição de dividendos a receber	**(19.419)**	(1.128)
Resultado não realizado nos estoques	**282**	1.305)
Valor no final do exercício	**285.169**	226.008
Investimentos em controlada	**285.167**	226.006
Outros investimentos	**2**	2
Total dos investimentos	**285.169**	226.008

10. Imobilizado: Movimentação do ativo imobilizado - Controladora

	31/12/2023	Adi ões	Baixas	Transferências	Transf. Ativo Mantido /Venda	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Transf. Ativo Mantido /Venda	31/12/2025
	Movimentação 2024						Movimenta ão 2025				
Terrenos	4.894	930	(859)	-	-	4.965	-	(1.853)	-	-	3.112
Imóveis	103.763	1.325	(59.562)	8.023	(19.803)	33.746	-	(21)	400	-	34.125
Máquinas e equipamentos	223.708	3.671	(28.793)	44.498	(171.534)	71.550	448	-	5.999	15.708	93.705
Móveis e utensílios	7.633	84	(6)	2.068	(1.091)	8.688	241	-	130	265	9.324
Veículos	1.509	-	-	-	(232)	1.277	-	(301)	-	-	976
Benfeitorias em propriedade de terceiros	397	-	-	-	(361)	36	-	(1)	-	-	35
Imobilizações em andamento	60.483	6.863	612)	54.589)	8.892)	3.253	11.026	109)	6.529)	-	7.641
Custo histórico corrigido	402.387	12.873	89.832)	-	201.913)	123.515	11.715	2.285)	-	15.973	148.918
Imóveis	(37.623)	(1.813)	17.255	-	6.693	(15.488)	(846)	1	-	-	(16.333)
Máquinas e equipamentos	(145.438)	(8.944)	20.870	-	84.954	(48.558)	(3.551)	-	-	(10.419)	(62.528)
Móveis e utensílios	(4.897)	(561)	2	-	480	(4.976)	(814)	-	-	(50)	(5.840)
Veículos	(1.211)	(23)	-	-	174	(1.060)	(94)	301	-	-	(853)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	590)	25)	-	-	362	(253)	253	-	-	-	-
(-) Depreciações acumuladas	189.759)	11.366)	38.127	-	92.663	70.335)	5.052)	302	-	10.469)	85.554)
Valor do imobilizado	212.628	1.507	51.705)	-	109.250)	53.180	6.663	1.983)	-	5.504	63.364

Garantias: Em 31 de dezembro de 2025, a controladora não possui imóveis ou área de terras (havia área de terras com valor contábil de R$ 1.853 em 31 de dezembro de 2024) cedidos em garantias de empréstimos bancários.

Movimentação do ativo imobilizado - Consolidado

	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Transf. Ativo Mantido p/Venda	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Transf. Ativo Mantido p/Venda	31/12/2025
	Movimentação 2024						Movimentação 2025				
Terrenos	64.266	2.915	(860)	(15)	-	66.306	-	(29.675)	-	-	36.631
Imóveis	106.673	1.325	(59.562)	8.114	(19.803)	36.747	-	(416)	400	-	36.731
Máquinas e equipamentos	258.374	4.663	(29.913)	44.497	(171.534)	106.087	509	(5.004)	7.202	15.708	124.502
Móveis e utensílios	8.579	134	(8)	2.074	(1.091)	9.688	267	(1)	130	265	10.349
Veículos	2.183	-	-	-	(232)	1.951	-	(353)	-	-	1.598
Benfeitorias em propriedade de terceiros	398	-	-	-	(361)	37	-	(1)	-	-	36
Imobilizações em andamento	60.564	9.070	(2.661)	(54.670)	(8.892)	3.411	12.072	(110)	(7.732)	-	7.641
Custo histórico corrigido	501.037	18.107	(93.004)	-	(201.913)	224.227	12.848	(35.560)	-	15.973	217.488
Imóveis	(39.758)	(1.966)	17.255	-	6.693	(17.776)	(997)	241	-	-	(18.532)
Máquinas e equipamentos	(171.446)	(11.335)	21.986	-	84.954	(75.841)	(5.089)	4.831	-	(10.419)	(86.518)
Móveis e utensílios	(5.431)	(653)	3	-	480	(5.601)	(902)	1	-	(50)	(6.552)
Veículos	(1.721)	(30)	-	-	174	(1.577)	(100)	321	-	-	(1.356)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(591)	(25)	-	-	362	(254)	253	1	-	-	-
(-) Depreciações acumuladas	(218.947)	(14.009)	39.244	-	92.663	(101.049)	(6.835)	5.395	-	(10.469)	(112.958)
Valor do imobilizado	282.090	4.098	(53.760)	-	(109.250)	123.178	6.013	(30.165)	-	5.504	104.530

Garantias: Em 31 de dezembro de 2025, a controlada apresenta propriedades rurais com valor contábil de R$ 27.917 (R$56.962 em 31 de dezembro de 2024) cedidas em garantia de seus empréstimos bancários e da controladora.

11. Ativos biológicos:

Ativos biológicos	Pecuária	Semoventes	Rebanho	Florestas	Total
Saldo inicial	11.044	15	237	211.874	223.170
Aquisições	-	-	-	14.067	14.067
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	1.005	-	-	42.232	43.237
Custos incorridos de pecuária/plantio	1.898	-	-	29.101	30.999
Direito de uso	-	-	-	4.398	4.398
Baixa/vendas	(6.006)	(1)	(53)	(1.744)	(7.804)
Depreciação/exaustão	-	(2)	-	(41.328)	(41.330)
Saldo em 31/12/2024	7.941	12	184	258.600	266.737
Circulante	7.941	-	-	-	7.941
Não circulante	-	12	184	258.600	258.796
Saldo inicial	7.941	12	184	258.600	266.737
Aquisições	**-**	**-**	**-**	**11.521**	**11.521**
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	**2.701**	**-**	**-**	**(44.022)**	**(41.321)**
Custos incorridos de pecuária/plantio	**1.276**	**-**	**-**	**34.806**	**36.082**
Direito de uso	**-**	**-**	**-**	**6.085**	**6.085**
Baixa/vendas	**(11.918)**	**(11)**	**(184)**	**(5.089)**	**(17.202)**
Depreciação/exaustão	**-**	**(1)**	**-**	**(37.638)**	**(37.639)**
Saldo em 31/12/2025	**-**	**-**	**-**	**224.263**	**224.263**

Os valores justos dos ativos biológicos foram calculados tendo como base: (i) Pecuária, a Companhia efetuou a venda de todo o rebanho no decorrer do exercício de 2025, finalizando o ano sem estoque (2.283 em 31 de dezembro de 2024), peso médio da carcaça do boi gordo estimado em 461kg (481 kg em 31 de dezembro de 2024) e preço de mercado praticado no exercício de 2025 de acordo com a idade do boi; e (ii) as Florestas pelo método de fluxo de caixa descontado à taxa de 8,4% a.a. (6,41% a.a. em 31 de dezembro de 2024), área de 23.254 hectares (23.748 hectares em 31 de dezembro de 2024), com expectativa de produção na colheita de 284.782 toneladas de casca e 2.615.067 m³ de madeira (297.908 toneladas de casca e 2.297.342 m³ de madeira em 31 de dezembro de 2024) e preços praticados no mercado. Os ativos biológicos, registrados na controlada, compreendem principalmente o cultivo de florestas de acácia-negra em terras próprias, arrendadas e em parceria com terceiros. Em relação às florestas, a Companhia se sujeita aos seguintes riscos: Riscos regulatórios e ambientais: A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos. Risco de oferta e demanda: A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de oferta de matérias-primas para seus negócios, utilizando as florestas da controlada como mecanismo para administração deste risco. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura da Companhia esteja de acordo com o mercado e para garantir que os volumes projetados de extração estejam consistentes com a demanda esperada. Riscos climáticos e outros: As plantações estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza.

12. Direito de uso:

Descrições	Vida útil (anos)	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Terrenos	6 - 15	**-**	-	**56.542**	27.649
Imóveis	10	**4.781**	5.853	**4.782**	5.853
Veículos	2 - 3	**481**	708	**1.664**	1.628
Máquinas e equipamentos	1 - 3	**-**	9.600	**-**	9.600
Total		**5.262**	16.161	**62.988**	44.730

Movimentação do direito de uso	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**16.161**	**44.730**
(+) Novos contratos	**941**	**37.615**
(-) Baixa de direito de uso	**(6.115)**	**(6.370)**
(-) Depreciação	**(5.725)**	**(12.987)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**5.262**	**62.988**

A partir da venda de propriedades rurais alienadas no exercício de 2025, conforme detalhado na Nota 23, a Controlada efetuou a contratação de arrendamento junto ao comprador das propriedades rurais para as áreas com florestas em formação, até que atinjam o ponto de colheita. O arrendamento foi contratado para uma área total de 5.644 hectares de efetivo plantio de florestas, com vigência individualizada para cada floresta, variando de um a cinco anos, definido em linha com a programação de colheita, representando R$ 29.195, calculado a valor presente mediante aplicação de taxa de 7,84% ao ano. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Na controladora e consolidado, o valor da depreciação considera:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Depreciação linear (nas operações)	**5.619**	8.733	**6.426**	9.672
Depreciação linear (recuperação PIS/COFINS)	**106**	-	**106**	-
Depreciação linear (em ativos biológicos)	**-**	-	**370**	-
Depreciação do direito de uso terras (em ativos biológicos)	**-**	-	**6.085**	4.398
Depreciação total	**5.725**	8.733	**12.987**	14.070

No valor da depreciação linear temos R$ 384 (R$ 794 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e no consolidado referente à parcela de PIS e COFINS recuperada sobre a depreciação remensurada.

13. Fornecedores:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
No país	**21.813**	28.549	**43.521**	50.978
Partes relacionadas	**50.686**	11.804	**-**	-
No exterior	**1.307**	1.388	**1.307**	1.388
No país - risco sacado	**-**	283	**-**	929
Total	**73.806**	42.024	**44.828**	53.295

O montante de R$ 13.509 na controladora e R$ 26.999 no consolidado, referente fornecedores nacionais, estão listados no plano de recuperação judicial e aguardam sua reestruturação a partir da aprovação em Assembleia de Credores e posterior homologação judicial.

14. Empréstimos e financiamentos:

Moeda nacional:	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Investimentos	**209.988**	338.256	**209.988**	338.256
Capital de giro	**59.344**	-	**141.638**	-
Linhas de crédito de exportação	**-**	68.403	**-**	68.403
	269.332	406.659	**351.626**	406.659
Moeda estrangeira:				
Investimentos	**-**	-	**50.537**	73.743
Linhas de crédito de exportação	**77.644**	118.861	**77.644**	118.861
	77.644	118.861	**128.181**	192.604
	346.976	525.520	**479.807**	599.263
Passivo circulante	**292.375**	416.623	**425.206**	426.716
Passivo não circulante	**54.601**	108.897	**54.601**	172.547

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Vencimento em 2025	**-**	416.623	**-**	426.716
Vencimento em 2026	**292.375**	108.897	**425.206**	116.623
Vencimento em 2027	**54.601**	-	**54.601**	7.726
Vencimento entre 2028 e 2035	**-**	-	**-**	48.198
Total	**346.976**	525.520	**479.807**	599.263

Na controladora, os empréstimos e financiamentos possuem vencimentos de janeiro de 2026 até abril de 2027 e no consolidado, os empréstimos e financiamentos possuem vencimento de janeiro de 2026 até julho de 2035. Em moeda nacional, os recursos contratados possuem encargos máximos de CDI mais 7% ao ano, sendo garantidos por avais e alienação fiduciária dos bens. Covenants financeiros: Como forma de monitoramento da situação financeira pelos credores, envolvidos em contratos de financiamentos, são utilizados "*covenants*" financeiros, como segue: • CDCA Banco do Brasil: Dívida Líquida sobre EBITDA: índice contratual requerido de no máximo 3,5 vezes. • CCE Caixa Econômica Federal: Dívida Líquida sobre EBITDA: índice contratual requerido de no máximo 3,5 vezes. Neste exercício de 2025 os "*covenants*" não foram atendidos (em 31 de dezembro de 2024 os "*covenants*" também não foram atendidos). Portanto, a Companhia reclassificou o montante de R$ 51.330 para o Passivo Circulante, na controladora e consolidado, referente parcelas de contratos cujo prazo de vencimento é superior a doze meses em 31 de dezembro de 2025, mas possuem monitoramento de desempenho financeiro. A Companhia possui empréstimo extraconcursal para esse valor em relação ao processo de recuperação judicial, o contrato em questão não apresenta cláusula em que o credor pode solicitar o vencimento antecipado em caso de pedido de recuperação judicial. Desta forma, o montante de R$ 54.601 na controladora e consolidado, com prazo de vencimento superior a doze meses em 31 de dezembro de 2025, foi mantido no Passivo Não-Circulante. Em relação ao processo de recuperação judicial, o montante de R$ 287.632 de empréstimos, na controladora e consolidado, estão listados no plano de recuperação judicial e aguardam sua reestruturação a partir da aprovação em Assembleia de Credores e posterior homologação judicial.

15. Imposto de renda e contribuição social: a) Obri a ões fiscais diferidas: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis a prejuízos fiscais e às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Os saldos registrados são originados, principalmente, de diferenças temporárias diversas. O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são reconhecidos pois há expectativa de geração de resultado tributável futuro em montante suficiente para a utilização de tais valores. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado mensalmente. A Administração considera que os ativos e passivos diferidos serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem. Estima-se que os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de CSLL e dos ajustes de avaliação patrimonial realizar-se-ão no prazo de até 10 anos.

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Ativos Passivos fiscais diferidos				
Diferenças temporárias	**6.172**	47.183	**10.665**	17.558
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	**56.416**	56.416	**56.416**	71.369
(-) Redução ao valor recuperável	**-**	29.000)	**-**	29.000)
Total de Ativos fiscais diferidos	**62.588**	74.599	**67.081**	59.927
(-) Obrigações fiscais diferidas				
Ajuste de avaliação patrimonial	**4.435**	4.579	**4.484**	4.628
Diferenças temporárias	**-**	-	**16.629**	-
Total de obrigações fiscais diferidas	**4.435**	4.579	**21.113**	4.628
Tributos diferidos, líquido	**58.153**	70.020	**45.968**	55.299
Ativo	**58.153**	70.020	**58.153**	70.020
Passivo	**-**	-	**(12.185)**	(14.721)

b) Reconciliação entre alíquota nominal e efetiva de IRPJ e CSLL

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**(53.521)**	(159.271)	**(13.449)**	(156.103)
IRPJ e CSLL nominal (34%)	**18.197**	54.152	**4.573**	53.075
Efeitos tributários permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	**26.717**	1.171	**-**	-
Efeito não constituído prejuízo fiscal/BN CSLL	**(39.928)**	(17.235)	**(39.928)**	(17.235)
Redução ao valor recuperável	**-**	(29.000)	**-**	(29.000)
Outros efeitos	**(110)**	(2.616)	**159**	(3.536)
Total	**4.876**	6.472	**(35.196)**	3.304
Corrente	**-**	-	**(42.609)**	-
Diferido	**4.876**	**6.472**	**7.413**	**3.304**
Operações em continuidade	**4.876**	**2.955**	**7.413**	**(213)**
Operações descontinuadas	**-**	**3.517**	**-**	**3.517**

A Companhia registrou em outros resultados abrangentes o montante de R$ 16.743 de despesa (R$41.897 de receita em 31 de dezembro de 2024) referente imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a avaliação de instrumentos financeiros. A movimentação do Imposto de renda e contribuição social diferido no período é conforme segue:

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Saldo início do exercício	**70.020**	21.651	**55.299**	10.098
Receita (despesa) de imposto reconhecida no resultado	**4.876**	6.472	**7.412**	3.304
Rec. (desp.) de imp. reconhecida no patrimônio líquido	**(16.743)**	41.897	**(16.743)**	41.897
Saldo final do exercício	**58.153**	70.020	**45.968**	55.299

16. Arrendamentos:

Descrições	Vencimento	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Terrenos	2037	**-**	**-**	**58.463**	**26.692**
Imóveis	2032	**6.539**	**8.616**	**9.807**	**12.407**
Veículos	2026	**582**	**817**	**1.887**	**1.823**
Máquinas e equipamentos	2026	**1.308**	**9.452**	**1.308**	**9.452**
Total		**8.429**	**18.885**	**71.465**	**50.374**
Passivo circulante		**3.625**	**8.814**	**18.568**	**13.413**
Passivo não circulante		**4.804**	**10.071**	**52.897**	**36.961**

Movimentação dos arrendamentos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**18.885**	**50.374**
(+) Encargos	**1.956**	**4.600**
(+) Novos contratos	**941**	**37.705**
(-) Encerramento de contratos	**(6.114)**	**(6.370)**
(-) Contraprestação	**(7.239)**	**(14.844)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**8.429**	**71.465**

Foi considerado pela Companhia como componente de arrendamento o valor do aluguel fixo para fins de avaliação do passivo, ajustado a valor presente, considerando como taxa de desconto a taxa incremental sobre empréstimos contratados, sendo a taxa anual do exercício de 2025 de 11,52% (13,23% no exercício de 2024). No valor dos encargos temos R$66 na controladora e R$68 no consolidado referente à parcela de PIS e COFINS recuperado sobre os encargos financeiros remensurados.

Continua »»»

»»» Continuação

TANAC S.A. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R$)

17. Adiantamento de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Clientes Nacionais – Madeira	-	-	71.177	110.088
Clientes Nacionais – Imobilizado	86.008	-	-	-
Clientes Nacionais – Outros	340	87	838	122
Clientes Exportação	760	1.662	760	1.662
Total	87.108	1.749	72.775	111.872
Passivo circulante	87.108	1.749	4.870	69.820
Passivo não circulante	-	-	67.905	42.052
Total	87.108	1.749	72.775	111.872

Os adiantamentos de clientes referem-se aos valores recebidos antecipadamente por produtos que ainda não foram entregues até a data do encerramento do exercício. A Companhia recebeu a antecipação de R$ 86.008 relativo à operação de venda de propriedades rurais de sua controlada Tanagro S.A. Em Recuperação Judicial (Nota 23). Estes recursos foram repassados pelo cliente para a liquidação de empréstimos, onde a controlada cedeu suas propriedades rurais em garantia. Visto que os valores foram recebidos na Companhia referente a um saldo a receber da controlada, no consolidado os valores são eliminados. Em 27 de agosto de 2024 a controlada firmou contrato de compra e venda de madeira de acácia com empresa produtora de celulose, para 2 ciclos florestais de acácia de até 7 anos cada ciclo. A madeira referente aos valores de adiantamentos de longo prazo, no montante de R$ 67.905 (R$ 42.052 em 2024) serão liquidados após colheita das florestas plantadas a partir de 2024, a qual ocorrerá entre 2030 e 2031.

18. Provisão para litígios: A Companhia é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações. A Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão para litígios no ano: R$ 6.419 na controladora e R$ 8.916 no consolidado (R$ 200 na controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2024). Este aumento significativo na provisão de litígios com perda provável está diretamente relacionado ao agravamento da situação econômico-financeira do grupo, detalhada na Nota 1, principalmente em virtude do encerramento das atividades nas unidades de Cavacos e Pellets. A Companhia possui outros processos avaliados pelos assessores jurídicos de risco possível no montante de R$ 25.339 na controladora (R$ 12.497 em 31 de dezembro de 2024) e R$ 28.375 no consolidado (R$ 21.033 em 31 de dezembro de 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

19. Patrimônio líquido: a) Ca ital social: É dividido em 1.200.000 ações ordinárias, sem valor nominal. b) Reserva de lucros: A reserva de lucros é composta por: • Reserva legal: constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. • Reserva estatutária denominada "Reserva de investimento e capital de giro": tem por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, sendo constituída pela destinação de lucros e limitando-se em conjunto com demais reservas de lucros ao valor do capital social. c) A ustes de avalia ão atrimonial: A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui: • Ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, representando, em 31 de dezembro de 2025, o valor de R$8.704 (R$8.894 em 31 de dezembro de 2024). • Porção efetiva no valor justo dos instrumentos de "*hedge*" de fluxo de caixa, representando, em 31 de dezembro de 2025, uma estimativa de R$ 136 de perda (R$ 32.636 de perda em 31 de dezembro de 2024). • Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente: (i) em relação ao custo atribuído do ativo imobilizado, quando da realização ou alienação dos bens a que elas se referem; e (ii) em relação aos instrumentos de "*hedge*", quando da liquidação dos respectivos contratos. d) Dividendos: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não provisionou Dividendos em virtude do prejuízo incorrido nestes exercícios.

20. Receita líquida de vendas: A seguir a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta fiscal	260.726	213.149	375.943	324.258
Instrumentos financeiros derivativos	4.325	10.487	4.325	10.487
Menos:				
Impostos e deduções de vendas	(21.852)	(21.281)	(25.125)	(23.978)
Total da receita líquida de vendas das operações continuadas	243.199	202.355	355.143	310.767
Total da rec. líquida de vendas das oper. descontinuadas – Nota 8	3.277	280.776	3.277	280.776
	246.476	483.131	358.420	591.543

21. Despesa por natureza:

	Controladora		Consolidado	
Despesas com vendas:	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(24.059)	(27.336)	(26.170)	(29.965)
Manutenção	(3.123)	(663)	(3.330)	(806)
Materiais	(709)	(588)	(751)	(630)
Serviços	(27.815)	(56.196)	(71.128)	(89.871)
Depreciação	(6.503)	(3.614)	(6.817)	(3.833)
Gerais	(15.990)	(11.687)	(21.272)	(13.698)
Total	(78.199)	(100.084)	(129.468)	(138.803)
Das operações em continuidade				
Despesas Comerciais	(29.201)	(22.849)	(65.091)	(48.729)
Despesas Administrativas	(36.141)	(20.449)	(51.520)	(33.288)
Total das operações em continuidade	(65.342)	(43.298)	(116.611)	(82.017)
Das operações descontinuadas				
Despesas Comerciais	-	(32.873)	-	(32.873)
Despesas Administrativas	(12.857)	(23.913)	(12.857)	(23.913)
Total das operações descontinuadas	(12.857)	(56.786)	(12.857)	(56.786)
Total de despesas comerciais	(29.201)	(55.722)	(65.091)	(81.602)
Total de despesas administrativas	(48.998)	(44.362)	(64.377)	(57.201)
Total	(78.199)	(100.084)	(129.468)	(138.803)

22. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
Despesas financeiras:	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Juros s/financiamentos	(74.428)	(68.805)	(89.745)	(76.495)
Variação cambial	(15.496)	(75.465)	(23.010)	(90.547)
Resultado de instrumentos financeiros	(23.674)	(50.968)	(23.674)	(50.968)
Outras despesas financeiras	(9.261)	(4.119)	(12.071)	(6.257)
Despesas financeiras das operações em continuidade	(122.859)	(199.357)	(148.500)	(224.267)
Despesas financeiras das operações descontinuadas	-	(29.557)	-	(29.557)
Total das despesas financeiras	122.859)	228.914)	148.500)	253.824)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	405	3.448	1.943	3.926
Variação cambial	22.519	53.815	30.099	56.026
Resultado de instrumentos financeiros	20.103	58.486	20.103	58.486
Outras receitas financeiras	258	1.093	285	87
Receitas financeiras das operações em continuidade	43.285	116.842	52.430	118.525
Receitas financeiras das operações descontinuadas	-	-	-	-
Total das receitas financeiras	43.285	116.842	52.430	118.525
Resultado financeiro das operações em continuidade	(79.574)	(82.515)	(96.070)	(105.742)
Resultado financeiro das operações descontinuadas	-	29.557)	-	29.557)
Resultado financeiro total	79.574)	112.072)	96.070)	135.299)

23. Outras receitas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ganho na alienação de bens do imobilizado	66.002	-	292.693	873
Perdas de ativos biológicos	-	-	(3.697)	-
Recuperação créditos tributários	3.945	10.497	6.752	12.094
Perda sinistro enchente	(1.891)	(20.125)	(1.891)	(20.125)
Outros	462	534)	1.936)	180)
Outras receitas (despesas) operacionais das operações continuadas	68.518	10.162)	291.921	7.338)
Outras despesas operacionais das oper. descontinuadas – Nota 8	70.445)	33.872)	70.445)	33.872)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.927)	44.034)	221.476	41.210)

A Companhia e sua controlada Tanagro S.A. Em Recuperação Judicial efetuaram a venda, no ano de 2025, de propriedades rurais para um dos maiores players mundiais de celulose. Na controladora, foi vendida propriedade rural com 2.034 hectares, gerando uma receita de R$ 67.696. Na controlada houve a alienação de um total de 11.884 hectares de terras, representando uma receita de R$ 253.711. Em 31 de dezembro de 2025, a controlada apresenta saldo de R$ 92.328 a receber do cliente, condicionado aos trâmites de registro de alguns destes imóveis, o que ocorreu no mês de março de 2026. Conforme consta na nota explicativa 12, foi realizado arrendamento de 5.644 hectares de efetivo plantio de florestas das terras vendidas conforme definições de contratos mencionadas em tal nota explicativa.

24. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a entidade controlada realizadas com base em preços e condições específicas negociadas entre as partes.

Tanagro S.A. Em Recuperação Judicial:	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante: contas a receber (NE5)	295	3.728
Passivo Circulante: fornecedores (NE13)	(50.686)	(11.804)
Passivo Circulante: adiantamentos de clientes (NE17)	(86.008)	-
Passivo Não-Circulante: Contratos de mútuos a pagar	(55.184)	-
Compras	50.943	65.898

A Companhia apresenta um contas a pagar de R$ 50.686 (R$ 11.804 em 2024) junto à sua controlada, originado a partir das aquisições de produtos florestais no curso normal das atividades. Adicionalmente, há um débito de R$ 86.008 a liquidar junto à controlada relativo à operação de venda de propriedades rurais (NE23). A Companhia recebeu estes recursos mediante repasse do cliente para a liquidação de empréstimos, onde a controlada cedeu suas propriedades rurais em garantia. A Companhia possui contratos de mútuo financeiro com sua controlada, com o objetivo de otimizar a gestão de caixa do grupo, evitando custos burocráticos e taxas excessivas que seriam incorridas em captações de mercado junto à instituições financeiras. Todas as transações de mútuo foram realizadas sob condições acordadas entre as partes, sendo a remuneração de Selic mais 2% ao ano, sem constituição de garantias ou fianças. O saldo de R$ 55.184 das operações de mútuo está atualizado pelos juros incorridos até 31 de dezembro de 2025, e a amortização dos valores é por prazo indeterminado, considerando o plano de recuperação judicial, sendo classificados no Ativo Não Circulante. O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, pelos serviços prestados considerando salários, encargos e benefícios representa R$ 3.581 (R$ 3.773 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e R$ 3.992 (R$ 5.220 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado.

25. Instrumentos financeiros: Visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança, a contratação de instrumentos financeiros tem o objetivo de proteção sendo realizada por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração da Companhia pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Instrumentos de "hed e": A Companhia utiliza operações denominadas de NDF e Opções Zero Cost Collar, sem fins especulativos, até o limite preestabelecido pela administração de 100% da expectativa de venda para o próximo exercício e de até 100% do faturamento para os horizontes de 13 a 24 meses, representando, em 31 de dezembro de 2025, 17% da expectativa de vendas para os próximos dois períodos (48% em 31 de dezembro de 2024). As liquidações ocorrem no prazo máximo de 24 meses.

"*Hedge*" de fluxo de caixa	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Valor contratado	46.427	305.371
Valor justo das operações	46.770	354.819
Valor a (pagar) receber	343)	49.448)
Desdesignação de Hedge	(1.426)	(27.760)
Ajuste valor justo instrumento financeiros	-	21,154
Valor a (pagar) receber	1.769)	56,054)
Ativo circulante	-	18,499
Passivo circulante	(1.769)	(37.504)
Passivo não circulante	-	(37.049)

O valor justo das operações de "*hedge*" é avaliado mensalmente, sendo determinado pela marcação ao mercado à cada instrumento de "*hedge*".

26. Gerenciamento de risco financeiro: Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. Identifica ão e valoriza ão dos instrumentos financeiros: A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado/realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Estrutura do erenciamento de risco: a) *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contrapar e em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente, assim como o segmento econômico e a demografia (país, região de atuação). A Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco. b) *Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação. c) *Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. d) *Risco de moeda:* A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia. A principal moeda na qual estas transações são denominadas é o dólar norte-americano (US$). Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas. Isso proporciona uma proteção econômica sem a contratação de derivativos. Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia mantém exposição cambial líquida a um nível aceitável, representando 3% da expectativa de vendas externas para os períodos de realização e amortização dos ativos e passivos em moeda estrangeira. *Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira*: A Companhia possui exposição a variações de moeda estrangeira principalmente decorrentes de financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real (R$) e o dólar norte-americano (US$) e entre o Real e o Euro (€), sobre a exposição cambial líquida em aberto na data das demonstrações financeiras. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de câmbio atinge R$3.001 (R$5.012 em 31 de dezembro de 2024) e R$5.542 (R$8.716 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado, e representa uma receita se ocorrer uma valorização do real (R$) perante o dólar norte-americano (US$) e o euro (€) ou uma despesa no caso de uma desvalorização do real (R$) perante o dólar norte-americano (US$) e o euro (€). e) *Risco de taxa de juros:* Esse risco é oriundo das possíveis flutuações nas taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia. Visando minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação nas linhas de crédito, alternando a contratação com taxas variáveis como a Libor, Euribor, CDI e taxas fixas. *Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros*: A Companhia possui exposição a riscos de taxas de juros em seus financiamentos. A análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 2 (dois) pontos percentuais nominais sobre estes financiamentos em aber o na data das demonstrações financeiras. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de juros atinge R$7.151 (R$10.606 em 31 de dezembro de 2024), e R$9.813 (R$12.088 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado, impactando a conta de despesas financeiras na demonstração de resultado. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos financiamentos, são apresentadas na Nota Explicativa nº 14, e são principalmente compostas por TJLP, Libor e Euribor. f *Risco operacional:* Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de compor amento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação, buscar eficácia de custos bem como evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações. • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações. • Cumprimento com exigências regulatórias e legais. • Documentação de controles e procedimentos. • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados. • Exigências de repor ar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas. • Desenvolvimento de planos de contingência. • Treinamento e desenvolvimento profissional. • Padrões éticos e comerciais. • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. g) *Risco da estrutura de capital:* Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras par es interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital na visão consolidada, com base no índice de giro da dívida líquida (empréstimos e financiamentos, arrendamentos, instrumentos financeiros deduzidos de caixa e equivalentes de caixa) pelo EBITDA e liquidez corrente.

27. Contratos de seguros: A Companhia e sua controlada mantêm política de contratar cobertura de seguros, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus estoques e bens do ativo imobilizado.

28. Eventos subsequentes: A Companhia apresenta novas causas de ações trabalhistas iniciadas em 2026, sendo que há expectativa de perda considerada provável de R$ 5.835 com base em informações de seus assessores jurídicos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDUARDO BARRETTO MARTINS – Presidente
THOMAS OSTRAND ROSÉN – Vice-Presidente
YURI BRANCAGLION KEISERMAN – Conselheiro
FERNANDO ALBERTO LOPEZ PASCUAL – Conselheiro
CHRISTIAN OSTRAND ROSÉN – Conselheiro
PETER PAUL PORR – Conselheiro

DIRETORIA

LUCIANO VIVIAN VALCARENGHI – Diretor Presidente
EDUARDO EDINGER – Diretor Administrativo Financeiro
GABRIEL ZANATTA – Diretor Comercial
PRISCILA MARTIN DE OLIVEIRA – Diretora de Gente e Gestão

CONTADOR

CLAITON ANTONIO GREGORY
Contador - CRC RS - 060506/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos conselheiros, diretores e acionistas da **Tanac S.A. - Em Recuperação Judicial**

Abstenção de opinião: Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tanac S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião: Conforme mencionado na nota explicativa n° 1, em 09 de dezembro de 2025, a Companhia, juntamente com sua controlada Tanagro S.A. – Em recuperação Judicial, protocolou pedido de Recuperação Judicial, em 10 de dezembro de 2025, o Juízo competente deferiu o processamento da recuperação judicial. Em 13 de fevereiro de 2026, a Companhia apresentou seu Plano de Recuperação Judicial, que se encontra em fase de discussão com os credores e *stakeholders*, e cuja implementação depende da aprovação em Assembleia Geral de Credores, que não ocorreu até a presente data. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, Companhia e sua controlada incorreram em prejuízo de R$48.645 mil, apresentando prejuízo acumulado de R$138.913 mil na controladora e o consolidado, bem como, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante individual e consolidado excedeu o total do ativo circulante individual e consolidado nos montantes de R$332.178mil e R$ 291.078 mil,mil respectivamente. As incertezas significativas acima detalhadas, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Eventos significativos futuros, que não podemos prever seu desfecho, gerarão impactos importantes nas operações da Companhia. Esses impactos podem afetar de maneira significativa a forma e os valores que esses ativos serão realizados e esses passivos serão pagos. A base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a realização dos ativos, bem como o adequado registro dos passivos e provisões, depende da conclusão e êxito do plano de recuperação judicial. Desta forma, não nos foi possível concluir se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia deveriam ser preparadas com base em um pressuposto de continuidade operacional ou se deveriam ser preparadas numa base de liquidação.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Porto Alegre, 31 de agosto de 2026.
ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC SP-015199/F

ARTHUR RAMOS ARRUDA
Contador CRC-RS 096102/O

Tanagro S.A. Em Recuperação Judicial

CNPJ 89.387.864/0048-85 - NIRE 43 3 0000025 7

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas, e do Relatório do Auditor Independente.

A Companhia reafirma seu compromisso com a promoção da igualdade de oportunidades, da diversidade e da não discriminação em seus processos de recrutamento, desenvolvimento profissional, remuneração e ascensão de carreira, observando critérios técnicos, meritocráticos e aderentes à legislação vigente. Em atendimento ao § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404/76, a Administração apresenta os indicadores relacionados à participação feminina em seu quadro funcional e de sua estrutura de gestão referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Quadro Funcional	Nº mulheres		% partic. mulheres	
	2025	2024	2025	2024
Administração	0	0	0,0%	0,0%
Gerentes/lideranças	0	1	0,0%	8,3%
Demais colaboradores	36	32	13,3%	6,4%
Total	**36**	**33**	**12,8%**	**6,4%**

Remuneração por gênero: a Companhia adota política de remuneração baseada nas atribuições, responsabilidades, qualificação profissional e desempenho dos colaboradores, sem distinção de gênero para funções equivalentes. Com base em análise interna realizada para cargos e funções comparáveis, não foram identificadas diferenças remuneratórias decorrentes exclusivamente de gênero. Os eventuais desvios observados decorrem de fatores objetivos relacionados à experiência profissional, tempo de empresa, responsabilidades assumidas e desempenho individual.

Remuneração média	Relação salarial*
Diretoria	62,5%
Gerência	84,4%
Coordenadores	92,3%
Analista/Especialista	80,9%
Administrativos	89,6%
Operacional	82,5%

**considera remuneração média, a equidade ocorre quando atinge 100% no índice.*

A Companhia estimula e desenvolve iniciativas voltadas à promoção da diversidade, inclusão e igualdade de oportunidades, buscando o aperfeiçoamento contínuo de seus processos de gestão de pessoas e governança corporativa.

Permanecemos à disposição de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos desejados.

Porto Alegre, 31 de agosto de 2026.

À Administração

Balanço Patrimonial 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R$)

Ativo	NE	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**13.351**	73.501
Clientes	5	**52.362**	12.705
Clientes venda imobilizado	5	**178.336**	-
Estoques	6	**29.335**	37.656
Ativo biológico	8	**-**	7.941
Impostos a recuperar		**10.158**	5.813
Outras contas a receber		**3.096**	2.141
Despesas antecipadas		**2.322**	1.816
		288.960	141.573
Não circulante			
Partes relacionadas	21	**55.184**	-
Investimentos		**151**	148
Imobilizado	7	**41.166**	69.999
Ativo biológico	8	**224.263**	258.796
Intangível		**32**	-
Ativo de direito de uso	9	**57.726**	28.569
		378.522	357.512
Total do ativo		**667.482**	499.085

Passivo	NE	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	10	**22.007**	26.803
Empréstimos e financiamentos	11	**132.831**	10.093
Salários e encargos sociais		**1.886**	2.457
Impostos e contribuições a recolher	12	**47.970**	2.447
Dividendos	17	**20.546**	8.883
Arrendamentos	15	**14.943**	4.599
Adiantamentos de clientes	13	**3.770**	68.071
Outras obrigações		**4.188**	2.413
		248.141	125.766
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	**-**	63.650
Obrigações tributárias	12	**4.400**	-
Provisão para litígios	16	**2.497**	-
Credores recuperação judicial		**-**	-
Passivos fiscais diferidos	13.a	**12.185**	14.721
Arrendamentos	15	**48.093**	26.890
Adiantamento de clientes	13	**67.905**	42.052
		135.080	147.313
Patrimônio líquido	17		
Capital social		**184.171**	184.171
Reservas de lucros		**99.995**	41.740
Ajustes de avaliação patrimonial		**95**	95
		284.261	226.006
Total do passivo e patrimônio líquido		**667.482**	499.085

Demonstração do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R$)

	NE	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida das vendas	18	**157.175**	169.448
Efeito líquido de valor justo dos ativos biológicos	8	**(41.321)**	43.237
Custos dos produtos vendidos		**(153.123)**	(145.645)
Lucro (prejuízo) bruto		**(37.269)**	67.040
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	22	**(35.890)**	(25.880)
Gerais e administrativas	22	**(15.379)**	(12.839)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	**223.403**	2.824
		172.135	(35.895)
Resultado financeiro	20		
Despesas financeiras		**(29.351)**	(25.931)
Receitas financeiras		**12.855**	2.704
		(16.496)	(23.227)
Lucro antes da contribuição social e do IR		**118.370**	7.918
Contribuição social e IR correntes	14.b	**(42.609)**	-
Contribuição social e IR diferidos	14.b	**2.537**	(3.168)
Lucro líquido do exercício		**78.298**	4.750
Lucro por ação – em R$		**52,20**	3,17

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**78.298**	4.750
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Total do resultado abrangente	**78.298**	4.750

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	NE	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**118.370**	7.918
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas Pelas atividades operacionais:			
Depreciação, amortização e exaustão	7 e 8	**39.321**	43.973
Depreciação do direito de uso de contratos de arrendamento	9	**807**	939
Encargos sobre financiamentos		**15.001**	20.562
Encargos financeiros de contratos de arrendamento	15	**2.644**	2.072
Resultado na venda/baixa de ativo imobilizado	7	**(222.995)**	(873)
Ajuste ao valor justo ativo biológico		**41.321**	(43.237)
Provisão para litígios		**2.497**	-
Provisão para perdas em estoque		**1.617**	-
		(1.417)	31.354
(Aumento) redução em ativos:			
Clientes	5	**(125.665)**	8.078
Estoques	6	**6.704**	7.530
Ativo biológico	8	**10.642**	4.108
Impostos a recuperar		**(4.933)**	2.855
Partes relacionadas		**(55.184)**	(38.965)
Outros ativos		**(1.507)**	(2.320)
Aumento (redução) em passivos:			
Fornecedores		**(4.796)**	10.091
Salários e encargos sociais		**(518)**	(2.791)
Impostos e contribuições a pagar		**7.271**	(413)
Adiantamento de clientes		**(38.448)**	110.123
Outros passivos		**3.453**	(936)
Juros pagos		**(13.403)**	(7.151)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		**(217.801)**	121.563
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de investimentos		**(3)**	(67)
Aquisições de imobilizado	7	**(1.133)**	(3.184)
Aquisições de ativo biológico	8	**(45.849)**	(43.168)
Aquisições de intangível		**(39)**	-
Recebimentos por vendas de ativos imobilizados e ativos biológicos		**162.545**	2.675
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimento		**115.521**	(43.744)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos distribuídos		**(7.755)**	-
Pagamento de arrendamentos	15	**(7.605)**	(6.509)
Contratação de empréstimos e financiamentos		**80.000**	-
Amortização de empréstimos e financiamentos		**22.510)**	6.980)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento		**42.130**	13.489)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**60.150)**	64.330
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		**73.501**	9.171
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		**13.351**	73.501

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R$)

	NE	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		184.171	38.117	-	96	222.384
Lucro líquido do exercício		-	-	4.750	-	4.750
Realização do valor atribuído ao ativo imobilizado		-	-	1	(1)	-
Constituição da reserva legal	17	-	238	(238)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(1.128)	-	(1.128)
Reserva de investimento e capital de giro	17	-	3.385	(3.385)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**184.171**	**41.740**	**-**	**95**	**226.006**
Lucro líquido do exercício		-	-	78.298	-	78.298
Outros		-	-	(624)	-	(624)
Constituição da reserva legal		-	3.884	(3.884)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(19.419)	-	(19.419)
Reserva de investimento e capital de giro		-	54.371	54.371)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**184.171**	**99.995**	**-**	**95**	**284.261**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R$)

1. Contexto operacional: A Tanagro S.A. Em Recuperação Judicial ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede à rua Frederico Mentz, 1606, 3º andar, sala B, Porto Alegre/RS, Brasil, e tem como atividade principal a colheita e comercialização de madeira e casca de acácia-negra, extraídas de florestas próprias e em parceria com terceiros. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 21, a Companhia mantém transações em montantes significativos com sua controladora Tanac S.A. Em Recuperação Judicial realizadas com base em preço e condições específicas negociadas entre as partes. a) Recuperação judicial e continuidade operacional: Em 09 de dezembro de 2025, a Companhia, juntamente com sua controladora Tanac S.A. - Em Recuperação Judicial, protocolou um pedido de Recuperação Judicial perante a 1º Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Porto Alegre/RS, sob o nº 5316147-07.2025.8.21.0001 nos termos da Lei nº 11.101/2005. O pedido foi motivado pelo agravamento da situação econômico-financeira da Companhia e decorrente principalmente do encerramento ocorrido em 2024 das atividades das plantas industriais de Cavacos e Pellets de madeira na controladora, situadas em Rio Grande/RS, e da catástrofe climática ocorrida em maio de 2024 que assolou as instalações fabris da unidade de Taninos da Controladora, gerando uma paralisação de dois meses nas atividades operacionais, sendo que os reflexos desses eventos prejudicaram atividades de colheita e comercialização dos produtos florestais da Companhia e sua Controladora. Esses fatores resultaram em deterioramento do fluxo de caixa, restrição de crédito, aumento nos custos de captações financeiras, o que inviabilizou o cumprimento regular de suas obrigações financeiras no curto prazo. Em 10 de dezembro de 2025, o juízo competente deferiu o processamento da Recuperação Judicial. Com o deferimento, foram determinadas: (i) Suspensão de todas as ações, cobranças ou execuções contra a Companhia pelo prazo inicial de 180 dias (stay period); (ii) Nomeação de SCZ - Scalzilli Administração Judicial Ltda como administrador judicial do processo de recuperação judicial; (iii) Apresentação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) no prazo de 60 dias. Em 13 de fevereiro de 2026, a Companhia apresentou seu Plano de Recuperação Judicial, o qual prevê a reestruturação de seus passivos, principalmente com fornecedores e instituições financeiras, por meio de alongamento de prazos, deságios e/ou carência. O plano está em fase de tramitação e aguarda a aprovação em Assembleia Geral de Credores. Os eventos e condições descritos acima, especialmente o pedido de Recuperação Judicial, a restrição de crédito, as dificuldades para cumprir obrigações de curto prazo e as limitações de liquidez, indicam incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Entretanto, a Administração elaborou projeções de fluxo de caixa e um plano de reestruturação financeira contemplado no Plano de Recuperação Judicial, que prevê a renegociação dos passivos e a recuperação gradual da capacidade financeira da Companhia. Com base nessas projeções e nas medidas planejadas, a Administração concluiu ser apropriada a elaboração das demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A concretização dessas premissas depende, entre outros fatores, da aprovação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores e de sua posterior homologação judicial. Em decorrência do pedido de recuperação judicial, todos os créditos existentes na data do protocolo (créditos concursais) estão sujeitos aos efeitos da recuperação judicial. Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras, os passivos sujeitos ao plano de recuperação judicial foram mantidos nas devidas rubricas do Passivo Circulante. Os saldos foram atualizados de acordo com os índices contratuais até a data do pedido, estando suspensa a fluência de juros e multas subsequentes, conforme legislação vigente, até a homologação final do plano de recuperação judicial. Os empréstimos da Companhia são extraconcursais em relação ao processo de recuperação judicial, porém os contratos apresentam cláusulas em que o credor pode solicitar o vencimento antecipado em caso de pedido de recuperação judicial. Os valores dos passivos inicialmente listados e sujeitos ao processo representam R$ 13.677 dos quais R$ 13.490 refere-se a fornecedores e R$ 187 refere-se a gastos com distrato de locações, a serem classificados nas seguintes classes de credores: Classe I (Trabalhistas), Classe II (Garantia Real), Classe III (Quirografários), Classe IV (Empresas de Pequeno Porte) conforme plano de recuperação judicial. b) Continuidade operacional: A administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia e elaborou um plano de reestruturação, o qual visa garantir a manutenção das atividades sociais, o emprego dos colaboradores e o interesse dos credores. Com base nas projeções de fluxo de caixa atuais e nas premissas de reestruturação contidas no Plano de Recuperação Judicial, a administração entende que, caso o Plano de Recuperação Judicial venha a ser aprovado pelos credores em Assembleia e posteriormente homologado judicialmente, a Companhia possui condições de gerar recursos suficientes para manter suas operações ativas no curso normal dos negócios. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas sob o pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de preparação: a) Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados ativos e passivos mensurados ao valor justo, em especial os ativos biológicos. A preparação de demonstração financeira requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela administração em 31 de agosto de 2026. b) Alterações de novas normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • **Alterações ao IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40) – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 – "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Entidade não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (equivalente ao CPC 26 (R1):** em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. Essa nova norma contábil introduzirá novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma *nas demonstrações financeiras da Entidade. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os* seguintes impactos potenciais foram identificados: (a) embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Entidade, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado; (b) os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação; (c) também serão divulgadas medidas de desempenho definidas pela administração e subtotais de receitas e despesas; e (d) o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, passará a ser "lucro ou prejuízo operacional" e alteração na classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18 / CPC 26 (R1). As alterações impostas pelo IFRS 18 podem trazer impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Entidade. • **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Entidade não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.• **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS:** em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas e julgamentos envolvem a mensuração do valor justo dos ativos biológicos e a constituição de provisões (contas a receber, estoques, contingências, entre outras). Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Moeda estrangeira: *Transações em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. b) Instrumentos financeiros: *Classificação e mensuração:* A Administração da Empresa classifica seus ativos e passivos financeiros no momento inicial da contratação conforme abaixo: *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*: Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ajustes ao valor justo são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* Estes ativos financeiros são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por provisões para "*impairment* . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e provisões para "*impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. *Passivos financeiros*: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. c) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos no curto prazo, inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. d) Estoques: Os estoques de mercadorias e produtos estão demonstrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e eventuais perdas quando aplicável. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando consideradas necessárias pela Administração. e) Imobilizado: i) *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, e do custo atribuído na data de transição para os pronunciamentos contábeis adotados a partir de 1º de janeiro de 2009, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas, caso aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. ii) *Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. iii) *Depreciação:* A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Imóveis	5 - 70 anos
Máquinas e equipamentos	3 - 25 anos
Móveis e utensílios	4 - 15 anos
Veículos	3 - 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. b) Ativos biológicos: Os ativos biológicos, representados por florestas de acácia negra e gado, estão registrados pelo valor justo na data do balanço, deduzidos das despesas de venda. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A avaliação de ativos biológicos por seu valor justo considera preços cotados no mercado ativo e certas estimativas, principalmente projeção do fluxo de caixa futuro de acordo com o ciclo de produtividade das florestas, levando-se em consideração o seu crescimento e as variações de preço de mercado e de criação de gado. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Efeito líquido de valor justo dos ativos biológicos", em conjunto com os montantes de realização da variação do valor justo por venda, exceto quando o valor justo representa substancialmente o valor de custo incorrido. c) Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"): No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável (preço de venda menos custos para concluir e vender, no caso de estoques), mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou grupo de ativos relacionados) em exercícios anteriores. Uma reversão de uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. d) Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. e) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, e que uma estimativa confiável quanto ao valor devido possa ser feita. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. f) Receita líquida de vendas: A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receitas de contratos com clientes, a receita é reconhecida na extensão em que a empresa transfere o controle dos bens ao cliente. g) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos de aplicações. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, sendo que os custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. h) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos : A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 por ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto corrente é o imposto devido sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e quaisquer ajustes de diferenças temporárias resultantes da eliminação de receitas ou despesas não tributáveis em exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, à medida que exista expectativa de geração de resultado tributável suficiente para a utilização de tais créditos. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. i) Capital social: O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia poderá proceder a aumentos de capital por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$300.000. A Companhia não possui ações preferenciais.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	**144**	304
Aplicações financeiras	**13.207**	73.197
	13.351	73.501

Em 2025 as aplicações financeiras foram representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB). A remuneração dos CDBs representou em média 87,78% do CDI (87,28% em 2024).

5. Clientes: Composição de contas a receber de clientes referente o curso normal das atividades:

	31/12/2025	31/12/2024
Partes relacionadas (NE 21)	**50.686**	11.804
Outros clientes	**1.786**	1.011
Provisão para riscos de crédito	**(110)**	(110)
	52.362	12.705

A provisão para riscos de crédito com clientes, no montante de R$ 110, não apresentou movimentação nos exercícios de 2025 e 2024. A análise por vencimento do contas a receber está apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	**14.290**	12.528
Vencidos até 30 dias	**476**	76
Vencidos entre 31 e 180 dias	**37.532**	101
Vencidos a mais de 180 dias	**174**	110
	52.472	12.815

Houve aumento em títulos vencidos oriundos das operações de venda entre a Companhia e sua Controladora, em virtude do agravamento da situação econômico-financeira do grupo, detalhada na Nota 1. Como se trata de transação entre partes relacionadas, o atraso no fluxo de recebimentos não impacta o fluxo de caixa das operações consolidadas, onde a Companhia e sua Controladora buscam otimizar a gestão de caixa conforme a disponibilidade de recursos e adequação ao fluxo de desembolsos. Composição de contas a receber de clientes referente venda de bens do imobilizado:

	31/12/2025	31/12/2024
Partes relacionadas (NE 21)	**86.008**	-
Venda imobilizado	**92.328**	-
	178.336	-

Os valores de contas a receber oriundas de venda de imobilizado se referem às propriedades rurais alienadas no exercício de 2025 no montante de R$ 253.711, conforme detalhado na Nota 19, sendo que o saldo de R$ 92.328 foi totalmente recebido no início do exercício seguinte de 2026.

6. Estoques:

	31/12/2025	31/12/2024
Produtos florestais	**24.330**	24.844
Matérias-primas e mat. secundários	**1.365**	2.712
Materiais de reposição	**5.257**	10.100
(-) Provisão perda de estoques	**(1.617)**	-
	29.335	37.656

A movimentação da provisão para perda de estoques é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**-**	-
Constituições	**(1.617)**	-
Saldo final	**(1.617)**	-

Continua »»»

»»» Continuação

Tanagro S.A. — Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R$)

7. Imobilizado: Movimentação do imobilizado:

	Movimentação 2024					Movimentação 2025			
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2025
Terrenos	59.372	1.985	-	(15)	**61.342**	-	(27.822)	-	**33.520**
Imóveis	2.911	-	-	91	**3.002**	-	(395)	-	**2.607**
Máquinas e equipamentos	34.665	991	(1.120)	-	**34.536**	61	(5.004)	1.204	**30.797**
Móveis e utensílios	947	50	(2)	5	**1.000**	26	-	-	**1.026**
Veículos	675	-	-	-	**675**	-	(52)	-	**623**
Imobilizações em andamento	81	158	-	(81)	**158**	1.046	-	(1.204)	**-**
Custo histórico corrigido	98.651	3.184	(1.122)	-	**100.713**	1.133	(33.273)	-	**68.573**
Imóveis	(2.135)	(153)	-	-	**(2.288)**	(151)	240	-	**(2.199)**
Máquinas e equipamentos	(26.009)	(2.391)	1.116	-	**(27.284)**	(1.538)	4.831	-	**(23.991)**
Móveis e utensílios	(533)	(91)	2	-	**(622)**	(89)	-	-	**(711)**
Veículos	(512)	(8)	-	-	**(520)**	(7)	21	-	**(506)**
(-) Depreciações acumuladas	(29.189)	(2.643)	1.118	-	**(30.714)**	(1.785)	5.092	-	**(27.407)**
Valor do imobilizado	69.462	541	(4)	-	**69.999**	(652)	(28.181)	-	**41.166**

Garantia: Em 31 de dezembro de 2025, propriedades rurais com valor contábil de R$ 27.917 (R$56.962 em 31 de dezembro de 2024) estão hipotecadas para garantir empréstimos bancários da controladora Tanac S.A. Em Recuperação Judicial. A Companhia efetuou a venda de propriedades rurais no exercício de 2025 pelo montante de R$ 253.711 (vide detalhes na Nota 19), equivalente a 11.884 hectares de terras, o que resultou na baixa de R$ 28.133 dos respectivos imóveis e suas benfeitorias no controle de bens do imobilizado.

8. Ativo biológico:

Ativos biológicos	Pecuária	Semoventes	Rebanho	Florestas	Total
Saldo inicial	11.044	15	237	211.874	**223.170**
Aquisições	-	-	-	14.067	**14.067**
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	1.005	-	-	42.232	**43.237**
Custos incorridos de pecuária/plantio	1.898	-	-	29.101	**30.999**
Direitos de uso	-	-	-	4.398	**4.398**
Baixa/vendas	(6.006)	(1)	(53)	(1.744)	**(7.804)**
Depreciação/exaustão	-	(2)	-	(41.328)	**(41.330)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**7.941**	**12**	**184**	**258.600**	**266.737**
Circulante	**7.941**	**-**	**-**	**-**	**7.941**
Não circulante	**-**	**12**	**184**	**258.600**	**258.796**
Saldo inicial	7.941	12	184	258.600	**266.737**
Aquisições	-	-	-	11.521	**11.521**
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	2.701	-	-	(44.022)	**(41.321)**
Custos incorridos de pecuária/plantio	1.276	-	-	34.806	**36.082**
Direitos de uso	-	-	-	6.085	**6.085**
Baixa/vendas	(11.918)	(11)	(184)	(5.089)	**(17.202)**
Depreciação/exaustão	-	(1)	-	(37.638)	**(37.639)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**-**	**-**	**-**	**224.263**	**224.263**

Os valores justos dos ativos biológicos foram calculados tendo como base: (i) Pecuária, a Companhia finalizou o exercício de 2025 sem estoque (2.283 em 31 de dezembro de 2024), nas vendas efetuadas no exercício, o peso médio da carcaça do boi gordo foi de 461kg (481 kg em 31 de dezembro de 2024) e preço de mercado praticado no exercício de 2025 de acordo com a idade do boi; e (ii) as Florestas pelo método de fluxo de caixa descontado à taxa de 8,4% a.a. (6,41% a.a. em 31 de dezembro de 2024), área de 23.254 hectares (23.748 hectares em 31 de dezembro de 2024), com expectativa de produção na colheita de 284.782 toneladas de casca e 2.615.067 m³ de madeira (297.908 toneladas de casca e 2.297.342 m³ de madeira em 31 de dezembro de 2024) e preços praticados no mercado. Os ativos biológicos da Companhia compreendem principalmente o cultivo de florestas de acácia-negra em terras próprias, arrendadas e em parceria com terceiros. Em relação às florestas, a Companhia se sujeita aos seguintes riscos: Riscos regulatórios e ambientais: A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos. Riscos climáticos e outros: As plantações estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza.

9. Direito de uso:

Descrições	Vida útil (anos)	31/12/2025	31/12/2024
Terrenos	6 – 15	**56.542**	27.649
Veículos	2 – 3	**1.184**	920
Total		**57.726**	28.569

Movimentação do direito de uso:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo anterior	**28.569**	27.415
(+) Novos contratos	**36.674**	7.757
(-) Baixa de direito de uso	**(255)**	(1.266)
(-) Depreciação	**7.262)**	5.337)
Saldo final	**57.726**	28.569

A partir da venda de propriedades rurais, alienadas no exercício de 2025 no montante de R$ 253.711, conforme detalhado na Nota 19, a Companhia efetuou a contratação de arrendamento junto ao comprador das propriedades rurais para as áreas com florestas em formação, até que atinjam o ponto de colheita. O arrendamento foi contratado para uma área total de 5.644 hectares de efetivo plantio de florestas, com vigência individualizada para cada floresta, variando de um a cinco anos, definido em linha com a programação de colheita, representando R$ 29.195, calculado a valor presente mediante aplicação de taxa de 7,84% ao ano. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. O valor da depreciação considera:

	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação linear (nas operações)	**807**	939
Depreciação linear (em ativos biológicos)	**370**	**-**
Depreciação do direito de uso terras (em ativos biológicos)	**6.085**	4.398
Depreciação total	**7.262**	5.337

10. Fornecedores:

	31/12/2025	31/12/2024
No país	**21.712**	22.429
No país - risco sacado	**-**	646
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 21)	**295**	3.728
Total	**22.007**	26.803

O montante de R$ 13.490 referente fornecedores nacionais estão listados no plano de recuperação judicial e aguardam sua reestruturação a partir da aprovação em Assembleia de Credores e posterior homologação judicial.

11. Empréstimos e financiamentos:

	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos (em moeda estrangeira)	**50.537**	73.743
Capital de giro (em moeda nacional)	**82.294**	-
Total	**132.831**	73.743
Passivo circulante	**132.831**	10.093
Passivo não circulante	**-**	63.650
Vencimento em 2025	**-**	10.093
Vencimento em 2026	**132.831**	7.726
Vencimento em 2027	**-**	7.726
Vencimento entre 2028 e 2035	**-**	48.198
Total do passivo	**132.831**	73.743

Os empréstimos e financiamentos possuem vencimentos de janeiro de 2026 até julho de 2035. Em moeda estrangeira (euro - €), os recursos contratados para investimentos possuem encargos máximos de Euribor mais 5,17% ao ano e variação cambial, garantidos por avais e alienação fiduciária de imóveis. Em moeda nacional, os recursos contratados para capital de giro possuem encargos máximos de CDI mais 5,50% ao ano, com garantia de cessão de recebíveis. Estes empréstimos são extraconcursais em relação ao processo de recuperação judicial da Companhia, porém os contratos apresentam cláusulas em que o credor pode solicitar o vencimento antecipado em caso de pedido de recuperação judicial. Desta forma, mesmo que não tenha ocorrido a solicitação de antecipação da dívida, o montante de R$ 43.938 com prazo de vencimento superior a doze meses, em 31 de dezembro de 2025, foi reclassificado para o Passivo Circulante. Os prazos originalmente contratados consideram vencimento de R$ 4.684 em 2027 e R$ 39.254 entre 2028 e 2035.

12. Impostos e contribuições a recolher:

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL a recolher	**42.609**	-
PIS e COFINS a recolher	**-**	1.348
ICMS a recolher	**8**	31
Contrib. previdenciária s/receita a recolher	**1.537**	-
Parcelamentos de tributos federais	**5.554**	-
Outros impostos a recolher	**2.662**	1.068
Total	**52.370**	2.447
Passivo circulante	**47.970**	2.447
Passivo não circulante	**4.400**	-

O montante de IRPJ e CSLL a recolher se refere à tributação sobre a alienação de propriedades rurais (Nota 19) realizada no exercício de 2025. No âmbito federal, a Companhia firmou parcelamentos ordinários conforme programas vigentes junto à Receita Federal do Brasil. Em decorrência do deferimento da Recuperação Judicial, a Administração pretende ingressar com pedido de transação tributária junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para obter descontos e prazos diferenciados legalmente previstos para empresas em reestruturação judicial, visando adequar o cronograma de pagamentos tributários à real capacidade de geração de caixa da Companhia.

13. Adiantamento de clientes:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecimento de madeira	**71.177**	110.088
Diversos	**498**	35
Total	**71.675**	110.123
Passivo circulante	**3.770**	68.071
Passivo não circulante	**67.905**	42.052

Os adiantamentos de clientes referem-se aos valores recebidos antecipadamente por produtos que ainda não foram entregues até a data do encerramento do exercício. Em 27 de agosto de 2024 a Companhia firmou contrato de compra e venda de madeira de acácia com empresa produtora de celulose, para 2 ciclos florestais de acácia de até 7 anos cada ciclo. A madeira referente aos valores de adiantamentos de longo prazo, no montante de R$ 67.905 (R$ 42.052 em 2024) serão liquidados após colheita das florestas plantadas a partir de 2024, a qual ocorrerá entre 2030 e 2031.

14. Imposto de renda e contribuição social: a) Obri a ões fiscais diferidas: O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado mensalmente. A Administração considera que os ativos e passivos diferidos serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem. Estima-se que os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de CSLL serão realizados no prazo de até 26 meses, enquanto os oriundos de ajustes de avaliação patrimonial no prazo de até 60 meses.

Ativos fiscais diferidos:	31/12/2025	31/12/2024
Diferenças temporárias	**4.492**	1.052
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	**-**	14.954
Total	**4.492**	16.006

(-) Obrigações fiscais diferidas:	31/12/2025	31/12/2024
Ajuste de avaliação patrimonial	**(49)**	(49)
Ajuste valor justo ativos biológicos	**(16.628)**	(30.678)
Total	**(16.677)**	(30.727)
Tributos diferidos, líquido	**(12.185)**	(14.721)

b) Reconciliação entre alíquota nominal e efetiva de IRPJ e CSLL:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**118.370**	7.918
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	**34%**	34%
IRPJ e CSLL nominal	**(40.246)**	(2.692)
Efeitos tributários permanentes:		
Outros efeitos	**174**	(476)
Total	**(40.072)**	(3.168)
Corrente	**(42.609)**	-
Diferido	**2.537**	(3.168)

15. Arrendamentos:

Descrições	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Terrenos	2037	**61.720**	30.472
Imóveis	2032	**11**	11
Veículos	2026	**1.305**	1.006
Total		**63.036**	31.489

Movimentação dos arrendamentos:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	**31.489**
(+) Encargos	**2.644**
(+) Novos contratos	**36.763**
(-) Contraprestação (pagamento)	**(7.605)**
(-) Encerramento de contratos (baixas)	**(255)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**63.036**
Passivo circulante	**14.943**
Passivo não circulante	**48.093**
Total	**63.036**

Foi considerado pela Companhia como componente de arrendamento o valor do aluguel fixo para fins de avaliação do passivo, ajustado a valor presente, considerando como taxa de desconto a taxa incremental sobre empréstimos contratados, sendo a taxa anual de 7,84% para o exercício de 2025 (9,23% para o exercício de 2024).

16. Provisão para litígios: A Companhia é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações. A Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão para litígios no montante de R$ 2.497 (não houve provisão no exercício de 2024). A Companhia possui outros processos avaliados pelos assessores jurídicos de risco possível no montante de R$3.036 (R$8.444 em 31 de dezembro de 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

17. Patrimônio líquido: a) Capital social: É dividido em 1.500.000 ações ordinárias, sem valor nominal. b) Reserva de lucros: A reserva de lucros é composta por: • Reserva legal: constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social de R$ 184.171. • Reserva estatutária denominada Reserva de investimento e capital de giro: tem por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, sendo constituída pela destinação de lucros e limitando-se em conjunto com demais reservas de lucros ao valor do capital social. c) Ajustes de avaliação patrimonial: A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da realização ou alienação dos bens a que elas se referem. d) Dividendos: O estatuto social da Companhia assegura dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro do exercício. No exercício de 2025 representou R$19.419 (R$1.128 no exercício de 2024).

18. Receita líquida de vendas:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta	**166.160**	177.007
Menos:		
Impostos e devoluções de vendas	**(8.985)**	(7.559)
Total da receita líquida	**157.175**	169.448

19. Outras receitas (despesas) operacionais:

	31/12/2025	31/12/2024
Ganho na alienação de bens do imobilizado	**226.692**	873
Perdas de ativos biológicos	**(3.697)**	0
Recuperação de créditos tributários	**2.807**	1.597
Outras receitas (despesas)	**2.399)**	354
	223.403	2.824

A Companhia efetuou a venda de propriedades rurais no montante de R$ 253.711 no ano de 2025. A alienação foi firmada via escrituras públicas entre julho e novembro de 2025 para um total de 11.884 hectares de terras. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia já recebeu uma parcela significativa da venda destas propriedades, sendo que o montante de R$ 86.008 foi recebido via Controladora conforme detalhado na Nota 21, e possui saldo de R$ 92.328 a receber do cliente, condicionado aos trâmites de registro de alguns destes imóveis, o que ocorreu no mês de março de 2026. Adicionalmente, a Companhia firmou contrato de arrendamento junto ao comprador destas propriedades rurais para as áreas com florestas em formação, até que atinjam o ponto de colheita, conforme detalhado na Nota 9.

20. Resultado financeiro:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos	**(15.317)**	(7.690)
Variação cambial	**(7.514)**	(15.082)
Outras despesas financeiras	**6.520)**	(3.159)
	29.351)	25.931)
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	**1.538**	478
Variação cambial	**7.580**	2.211
Outras receitas financeiras	**3.737**	15
	12.855	2.704
Resultado financeiro	**16.496)**	23.227)

21. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a entidade controladora realizadas com base em preços e condições específicas negociadas entre as partes.

Tanac S.A. Em Recuperação Judicial:	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante: contas a receber de vendas (NE5)	**50.686**	11.804
Ativo Circulante: crédito a receber (NE5)	**86.008**	-
Ativo Não Circulante: Contratos de Mútuo	**55.184**	-
Passivo Circulante (NE10)	**295**	3.728
Vendas	**(50.943)**	(65.898)

A Companhia apresenta um contas a receber de R$ 50.686 (R$ 11.804 em 2024) de sua controladora, originado a partir das operações de venda de produtos florestais. Adicionalmente, há um crédito de R$ 86.008 a receber da Controladora relativa à operação de venda de propriedades rurais, detalhada na NE 19. A Controladora recebeu estes recursos mediante repasse do cliente (comprador das propriedades rurais) para a liquidação de seus empréstimos, onde a Companhia cedeu suas propriedades rurais em garantia. A partir desta transação financeira, a Controladora registrou-a como adiantamento de cliente e a Companhia apresenta este montante em seu contas a receber oriundo de vendas de imobilizado, como crédito entre partes relacionadas. Este montante é eliminado na consolidação das Demonstrações Financeiras da Companhia, pois o cliente já efetuou a liquidação dos títulos conforme acordado entre as partes. A Companhia possui contratos de mútuo financeiro com sua controladora, com o objetivo de otimizar a gestão de caixa do grupo, evitando custos burocráticos e taxas excessivas que seriam incorridas em captações de mercado junto a instituições financeiras. Todas as transações de mútuo foram realizadas sob condições acordadas entre as partes, sendo a remuneração de Selic mais 2% ao ano, sem constituição de garantias ou fianças. O saldo de R$ 55.184 das operações de mútuo está atualizado pelos juros incorridos até 31 de dezembro de 2025, e a amortização dos valores é por prazo indeterminado, considerando o plano de recuperação judicial, sendo classificados no Ativo Não Circulante. O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, pelos serviços prestados considerando salários, encargos e benefícios, representa R$ 411 (R$ 1.447 em 31 de dezembro de 2024).

22. Despesas por natureza:

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoas e benefícios	**2.111**	2.629
Materiais e manutenção	**249**	185
Fretes sobre vendas	**33.395**	23.535
Serviços Armazenagem, carga e descarga	**2.495**	2.345
Serviços Administrativos compartilhados	**7.008**	6.197
Outros serviços	**415**	1.598
Depreciação	**314**	219
Provisão ações cíveis e trabalhistas	**2.497**	-
Gerais	**2.785**	2011
Total	**51.269**	38.719
Despesas comerciais	**35.890**	25.880
Despesas administrativas	**15.379**	12.839
	51.269	38.719

23. Gerenciamento de risco financeiro: Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado/realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Estrutura do gerenciamento de risco: a) *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco. b) *Risco de liquidez*: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação. c) *Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. d) *Risco de moeda: Análise de sensibilidade das varia ões na moeda estran eira*: A Companhia possui exposição a variação de moeda estrangeira decorrente de financiamento. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real (R$) e o Euro (€) sobre este saldo em aber o na data das demonstrações financeiras. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de câmbio atinge R$ 2.540 (R$ 3.704 em 31 de dezembro de 2024), e representa uma receita se ocorrer uma valorização do Real (R$) frente ao Euro (€) ou uma despesa no caso de uma desvalorização do Real (R$) frente ao Euro (€). e) *Risco de taxa de juros: Análise de sensibilidade das variações na taxa de uros*: A Companhia possui exposição a riscos de taxas de juros em seus financiamentos. A análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 2 (dois) pontos percentuais nominais sobre este financiamento em aberto na data das demonstrações financeiras. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de juros atinge R$ 2.662 (R$ 1.481 em 31 de dezembro de 2024), impactando a conta de despesas financeiras na demonstração de resultado. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos financiamentos, são apresentadas na Nota Explicativa nº 11, e são principalmente compostas por CDI e Euribor. f *Risco da estrutura de capital*: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras par es interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. g) *Risco operacional:* Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação, buscar eficácia de custos bem como evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações. • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações. • Cumprimento com exigências regulatórias e legais. • Documentação de controles e procedimentos. • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados. • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas. • Desenvolvimento de planos de contingência. • Treinamento e desenvolvimento profissional. • Padrões éticos e comerciais. • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

24. Contratos de seguros: A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus estoques e bens do ativo imobilizado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDUARDO BARRETTO MARTINS – Presidente
THOMAS OSTRAND ROSÉN – Vice-Presidente
YURI BRANCAGLION KEISERMAN – Conselheiro
FERNANDO ALBERTO LOPEZ PASCUAL – Conselheiro
CHRISTIAN OSTRAND ROSÉN – Conselheiro
PETER PAUL PORR – Conselheiro

DIRETORIA

LUCIANO VIVIAN VALCARENGHI – Diretor Presidente
EDUARDO EDINGER – Diretor Administrativo Financeiro
GABRIEL ZANATTA – Diretor Comercial
PRISCILA MARTIN DE OLIVEIRA – Diretora de Gente e Gestão

CONTADOR

CLAITON ANTONIO GREGORY
CRC RS-060506/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos conselheiros, diretores e acionistas da **Tanagro S.A. -** Em Recuperação Judicial

Abstenção de opinião: Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Tanagro S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião: Conforme mencionado na nota explicativa n° 1, em 09 de dezembro de 2025, a Companhia, juntamente com sua controladora Tanac S.A. - Em Recuperação Judicial, protocolou pedido de Recuperação Judicial, e em 10 de dezembro de 2025, o Juízo competente deferiu o processamento da recuperação judicial. Em 13 de fevereiro de 2026, a Companhia apresentou seu Plano de Recuperação Judicial, que se encontra em fase de discussão com os credores e *stakeholders*, e cuja implementação depende da aprovação em Assembleia Geral de Credores, que não ocorreu até a presente data. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, Companhia incorreu em lucro de R$78.298 mil e não apresentaram prejuízo acumulado, bem como, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante individual não excedeu o total do ativo circulante individual. As incertezas significativas acima detalhadas, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Eventos significativos futuros, que não podemos prever seu desfecho, gerarão impactos importantes nas operações da Companhia. Esses impactos podem afetar de maneira significativa a forma e os valores que esses ativos serão realizados e esses passivos serão pagos. A base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a realização dos ativos, bem como o adequado registro dos passivos e provisões, depende da conclusão e êxito do plano de recuperação judicial. Desta forma, não nos foi possível concluir se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia deveriam ser preparadas com base em um pressuposto de continuidade operacional ou se deveriam ser preparadas numa base de liquidação.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Porto Alegre, 31 de agosto de 2026.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC SP-015199/F
Arthur Ramos Arruda - Contador CRC-RS 096102/O